

COLETÂNEA INTERDISCIPLINAR DO CONHECIMENTO

**Volume 1
2021**

uniatual
EDITORA

COLETÂNEA INTERDISCIPLINAR DO CONHECIMENTO

**Volume 1
2021**

uniatual
EDITORA

© 2021 – Uniatual Editora

uniatual.grupomultiatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694 Coletânea Interdisciplinar do Conhecimento - Volume 1
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2021. 78 p.: il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-995659-6-0

DOI: 10.5281/zenodo.5646616

1. Coletânea. 2. Interdisciplinar. 3. Conhecimento. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4

CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

AUTORES

ANA PAULA CARVALHO TRABUCO CAMELIER

FRANCIVALDO ALVES NUNES

JOÃO PAULO PEREIRA DUARTE

LAUREN CAVICHIOLI QUISSINI

MARIA DA CONSOLAÇÃO COSTA MESQUITA

NAUANY DOS SANTOS FRASCARI

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea Interdisciplinar do Conhecimento - Volume 1” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE PARA A GESTÃO EM SAÚDE: O PAPEL DA AUDITORIA Maria da Consolação Costa Mesquita	08
Capítulo 2 A BNCC E OS SENTIDOS DE ENSINAR HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM ANANINDEUA-PARÁ Francivaldo Alves Nunes	27
Capítulo 3 USO DA PALHADA NO SOLO COMO ALTERNATIVA AO DESPERDÍCIO DE ÁGUA PELA IRRIGAÇÃO João Paulo Pereira Duarte; Nauany dos Santos Frascari	37
Capítulo 4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMININO NA OBRA A FERRO E FOGO I DE JOSUÉ GUIMARÃES Lauren Cavichioli Quissini	47
Capítulo 5 TRAJETÓRIAS DE DONAS SERTANEJAS: NEGÓCIOS ENTRE MULHERES PROPRIETÁRIAS NO CONTEXTO ESCRAVISTA EM SERRINHA – BAHIA (1868-1888) Ana Paula Carvalho Trabuco Camelier	64
Os Autores CURRÍCULOS DOS AUTORES	78

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE PARA A GESTÃO EM SAÚDE: O PAPEL DA AUDITORIA

Maria da Consolação Costa Mesquita

Pós-graduada em Auditoria em Saúde, Planejamento e Gestão Hospitalar pela Faculdade Gianna Beretta. Pós-graduação em Tutoria EAD e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Minas (FACUMINAS). Pós-Graduação em Gestão de Pessoas e Educação Corporativa pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Licencianda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: mariamesquita2018@outlook.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo definir o papel da auditoria no que concerne a efetivação do quesito qualidade na gestão e execução da saúde. Tal processo favorece uma correta análise e avaliação dos pontos fortes e fracos e a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes, considerando a complexidade do setor saúde. Assim seguem-se as ações propostas pela auditoria, as quais repousam principalmente na questão da redução dos custos e melhoria da qualidade dos serviços prestados. Como metodologia, utilizou-se de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa desenvolvida a partir de material já elaborado, fundamentada, principalmente, em teóricos, livros e artigos científicos que tratam sobre o tema. As conclusões sugerem que a auditoria no âmbito da saúde deixa de ser apenas um instrumento contábil, fiscalizador de contas e custos hospitalares e passa a ser uma ferramenta de gestão da qualidade porque avalia a qualidade dos colaboradores, dos processos e dos resultados dos seus serviços. O estudo mostra que esse modelo de gestão trabalha com atividades diárias de verificação de processos, com consequentes melhorias na realização dos mesmos, visando oferta de produtos e serviços com qualidade exigida pelo cliente da atualidade. Por fim, deve-se enfatizar a sua principal função educadora e não apenas a fiscalizadora e a punitiva. A implantação de uma gestão da qualidade deve contribuir para a melhoria contínua dos serviços prestados.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria; Gestão; Qualidade; Serviços de saúde.

ABSTRACT: The present work aims to define the role of auditing with regard to the effectiveness of the issue of quality in the management and execution of health. This process favors a correct analysis and assessment of strengths and weaknesses and adaptation to the requirements recommended by current laws and regulations, considering the complexity of the health sector. Thus, the actions proposed by the audit follow, which are mainly based on the issue of reducing costs and improving the quality of services provided. As a methodology, a qualitative bibliographic research was used, developed from material already prepared, based mainly on theorists, books and scientific articles dealing with the subject. The conclusions suggest that the audit in the health field is no longer just an accounting instrument, inspecting hospital bills and costs, and becomes a quality management tool because it assesses the quality of employees, processes and results of their services. The study shows that this management model works with daily process verification activities, with consequent improvements in their performance, aiming at offering products and services with the quality required by today's customers. Finally, its main educating function must be emphasized, not just the supervisory and punitive one. The implementation of quality management must contribute to the continuous improvement of the services provided.

KEYWORDS: Audit; Management; Quality; Health services.

INTRODUÇÃO

As novas demandas gerenciais, associadas à transformação da economia e do comportamento da população intensifica a necessidade de fornecer produtos e serviços com qualidade. A busca de novas estratégias gerenciais e da satisfação de novos interesses e prioridades exige, igualmente, práticas inovadoras e integradoras capazes de transformar ideias e desejos em realidade concreta (BACKES et. al. *apud* VASCONCELOS, 2011).

O tema abordado neste estudo é A Importância da Qualidade para a Gestão de Saúde: o papel da auditoria. Metodologicamente se caracteriza por ser uma revisão bibliográfica e tem como objetivo geral evidenciar que a Auditoria é uma ferramenta eficaz com subsídios para avaliar a qualidade na execução dos serviços de saúde. Esse modelo de gestão trabalha com atividades diárias de verificação de processos, com consequentes melhorias na realização dos mesmos, visando oferta de produtos e serviços com a qualidade exigida pelo cliente da atualidade. Enfatiza o trabalho em equipe, permeando toda a organização, decisões baseadas em fatos e dados e busca constante de solução de problemas e diminuição de erros (LONGO, 1996).

Conforme Mezomo (2001), alguns autores definem que a qualidade consiste em atender as necessidades do consumidor e satisfazer as suas expectativas.

Também considera que a qualidade é uma consequência de processos com padrões estabelecidos. O mesmo autor afirma que qualidade é um conceito complexo e subjetivo, pois há a percepção individual de cada envolvido, a cultura institucional e as expectativas estabelecidas para o processo, ou seja, a qualidade deve atender as necessidades dos usuários nas instituições de saúde, oferecendo o máximo de benefícios possíveis por meio dos processos estabelecidos com o mínimo de riscos.

Entende-se, ainda, que qualidade tem uma meta que é a busca pela melhoria contínua, seja de produto ou serviço com o objetivo de atender as necessidades do indivíduo através da melhoria do atendimento prestado.

Ao abordar a importância da qualidade para a gestão em saúde, faz-se necessário avaliá-la, a fim de perceber e julgar o serviço que está sendo oferecido pela instituição de saúde. Associado ao processo de avaliação há ainda a auditoria.

A avaliação nos serviços de saúde vem sendo considerada como um processo de determinação da extensão com a qual as metas e objetivos estão sendo alcançados e de como esse processo fornece subsídios para uma tomada de decisão (TRONCHIN, MELLEIRO e TAKAHASHI, 2010).

A Auditoria é um método que consiste na aferição da maneira pela qual os serviços são prestados, com base em padrões determinados e estipulados e de acordo com a realidade que se quer avaliar (D. INNOCENZO, 2006).

A auditoria é uma ferramenta que tem como finalidade confirmar ou não as informações através de levantamentos, estudo e análise sistemática de procedimentos, operações e rotinas para auxiliar os gestores na tomada de decisão (BRANDI; SIMÕES, 2007).

PADILHA (2010), afirma que todas as ações propostas que visam melhorias do cuidado necessitam de avaliação sobre os aspectos positivos e negativos, tanto no que se refere à sua aplicabilidade quanto aos profissionais que estarão envolvidos. Caso contrário, as necessidades identificadas não serão supridas de forma eficaz. É importante que todos os profissionais compreendam a importância dessa atividade para ações específicas em prol da melhoria da qualidade no serviço. Cuidados em desacordo com os padrões aceitáveis podem gerar graves consequências. A implantação de um processo de avaliação dos cuidados prestados se justifica pela relevância em prevenir possíveis riscos ou prejuízos consequentes dessa atividade

realizada de forma não adequada. Diante disso, torna-se fundamental a aplicação da Auditoria e uma Gestão de Qualidade. (PADILHA, 2010).

Segundo o Manual de Auditoria Interna da CONAB (2007), O processo da auditoria tem importância na gestão da qualidade porque contribui para o processo administrativo através da supervisão e avaliação de diversos aspectos como adequação e eficácia dos controles, integridade e confiabilidade das informações e registros, integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para efetivar as metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, assim como sua utilização da maneira recomendada.

Sendo assim, fica visível que a implantação de uma gestão da qualidade deve, sem dúvidas, contribuir para a melhoria continua dos serviços prestados.

Sobre a auditoria em saúde, é importante mencionar que ela pode ser entendida como um conjunto de técnicas que visam verificar estruturas, processos, resultados e a aplicação de recursos financeiros, mediante a confrontação entre uma situação encontrada e determinados critérios técnicos, operacionais e legais, procedendo a exame especializado de controle na busca da melhor aplicação de recursos, visando evitar ou corrigir desperdícios, irregularidades, negligências e omissões.

Nesse contexto e tendo em vista os pressupostos apresentados, o estudo teve como objetivo esclarecer o papel da auditoria para a garantia da qualidade na gestão de saúde, como também verificar a evolução da qualidade, com a utilização das práticas de auditoria.

PERCUSSOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, desenvolvida com base em material já publicado em livros, revistas, jornais, sites, teses, dissertações e artigos científicos que tratam sobre o assunto. Ao longo de toda a pesquisa artigos foram lidos, analisados, interpretados e descritos.

Nesse sentido, Gil (2010) conceitua pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude

da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet, o que resulta num conjunto de opiniões de diversos autores conhecedores do assunto (GIL, 2010, p. 29).

Apresenta uma abordagem qualitativa, segundo Minayo (1994), esse tipo de pesquisa responde questões particulares, procurando analisar a um nível de realidade que não pode ser quantificado.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21 e 22).

Através desta metodologia, será possível fazer uma abordagem teórica ao que concerne a importância da qualidade na gestão de saúde e qual o papel da auditoria para garantir o princípio da qualidade.

Para MARTINS (1994, p.71), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Sendo assim, a intenção desta pesquisa é de fundamentação bibliográfica, buscando conhecer e analisar as contribuições científicas a respeito do que já foi produzido em relação ao problema de pesquisa.

DEFINIÇÃO DE QUALIDADE

Qualidade, segundo o dicionário Aurélio, “é a propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas que as distingue das outras e lhes determina a natureza, dote, virtude”.

Na área da saúde, a definição de qualidade torna-se mais ou menos ampla dependendo do quão ampla é a definição de saúde e da responsabilidade da equipe clínica no seu atendimento. Significa que os envolvidos nos atos de saúde estão constantemente preocupados quanto às propriedades, benefícios e malefícios dos

serviços prestados, desenvolvem atividades de aferição e aperfeiçoamento, para uma maior satisfação dos que necessitam desses serviços. A gestão da qualidade é a adoção de programas desenvolvidos internamente ou segundo padrões externos, capazes de comprovar um padrão de excelência assistencial, a partir da melhoria contínua da estrutura, dos processos e resultados.

Os especialistas em qualidade sugerem que a adequada procura da qualidade não é uma questão de inspeção, padrões, limiares; não é uma série de decisões para aceitar ou rejeitar um funcionário, ou um médico, mas, ao contrário, é uma busca contínua de pequenas oportunidades para reduzir a complexidade desnecessária, o desperdício e o trabalho em vão, que permitirão, com o uso de métodos de melhoria da qualidade, atingir novos níveis de eficiência, satisfação do paciente, segurança, efetividade clínica e lucratividade. A busca da qualidade tornou-se incremental, não dramática.

Na atualidade, a qualidade é encarada como um conjunto de atributos essenciais à sobrevivência das organizações num mercado altamente competitivo, objeto da gerência estratégica, líder do processo, que envolve planejamento estratégico, estabelecimento de objetivos e mobilização de toda organização (GURGEL JUNIOR, VIEIRA, 2002).

GESTÃO DA QUALIDADE EM SAÚDE

A Gestão da Qualidade busca, através de ferramentas, melhoras de produtos e serviços de uma organização, visando garantir a satisfação dos desejos de seus clientes. Podendo destacar a primeira dimensão da Gestão da Qualidade onde todos os produtos e serviços estão voltados para realizar os desejos dos clientes. Além disso, ela é um trabalho contínuo e crescente que, aplicados no dia a dia, permite a empresa se superar em atendimento e profissionalismo, tornando-se referência na sociedade

Se a organização consegue realizar os desejos do cliente e até mesmo superar suas necessidades, surge então uma nova figura, a transformação do cliente em consumidor cativo, onde essa conquista deve ser constante. (PALADINI, 2004).

A crescente procura por serviços de saúde muito tem preocupado os gestores das instituições que prestam essa assistência, pois a grande demanda não

corresponde à oferta de serviços por eles prestados, acarretando sobrecarga de serviço, atendimento abaixo do desejado, filas intermináveis, falta de consultas, etc.

A preocupação com a qualidade nos serviços provém de longa data, antes tida como estratégia de diferenciação, torna-se com o passar dos tempos, condição de pré-existência da organização. Ela precisa prever as necessidades e superar as expectativas do cliente. Para tanto, são necessárias atitudes de colaboração e iniciativa dos que nela trabalham. A participação fortalece decisões, mobiliza forças e gera compromisso de todos com os resultados.

Segundo PALADINI (2004, p. 132), “existem dois objetivos básicos que a gestão da qualidade procura alcançar: o desenvolvimento de mecanismos que garantam a sobrevivência da organização e mecanismos que possibilitem sua permanente e contínua evolução”.

PALADINI (2004, p. 136) afirma que: “A gestão de qualidade envolve atuação no âmbito global, onde a alta administração define as políticas de qualidade da organização e o âmbito operacional onde são desenvolvidos, implantados e avaliados os programas de qualidade”.

Dessa forma, as políticas de qualidade envolvem decisões referentes à utilização da qualidade como estratégia; prioridades na qualidade de decisões; o conjunto de normas, métodos e procedimentos formalizados; definição de perdas, desperdícios e inadequação do produto ao uso e ao fazer da qualidade um hábito.

Os benefícios de implementar a Gestão de Qualidade traduzem-se em trabalho planejado, otimização do uso dos recursos e redução dos custos eliminando-se os desperdícios.

Ainda segundo PALADINI (2004, p. 141), “a coordenação dos esforços de todos para obtenção da qualidade é uma atividade das mais complexas”. Ele aponta os recursos humanos como uma área específica da ação da gestão da qualidade.

Na intenção em coordenar esforços para obter qualidade, NOGUEIRA (2003, p. 33) cita “a importância de se seguir um processo, ou seja, um conjunto de meios para se chegar a um fim”. O processo seria uma sequência de ações (passos) que norteariam as atividades a serem desenvolvidas. Ao conhecer e controlar os processos menores pode-se localizar os problemas e agir sobre a causa fundamental.

A qualidade, no setor saúde, adquiriu um significado peculiar e diferenciando das demais atividades de produção de bens ou serviços, devido à característica do

processo de trabalho desenvolvido pelos profissionais nessa área. A qualidade pode ser definida, para tanto, como um conjunto de atributos que inclui um nível de excelência profissional, uso eficiente de recursos, mínimo risco ao usuário, alto grau de satisfação dos mesmos, considerando ainda os valores sociais existentes (DONABEDIAN *apud* TRONCHIN, MELLEIRO e TAKAHASHI, 2010).

A qualidade em saúde é o conjunto de práticas relacionadas aos cuidados globais comum em todos os âmbitos, desde a prevenção de doenças até a manutenção da qualidade. Para atingir a qualidade em saúde costumam ser necessárias algumas ferramentas de gestão que irão auxiliar a instituição de saúde a conquistar esse objetivo.

Segundo BONATO (2007): O estudo da qualidade no campo da saúde envolve, além de um conjunto de técnicas, uma dimensão mais ampla de ações como projeto social, cujos elementos principais para seu desenvolvimento são aqueles que atuam e exercem seu papel nessa cadeia, considerando a pluralidade das mudanças e das diferentes lógicas. Dessa maneira, o conjunto de práticas e ações desenvolvidas pelos sujeitos são construídas a partir de uma história pessoal e social com autonomia, embora estimulada institucionalmente.

A autora compreende que, o novo paradigma exige dos profissionais posturas que reflitam a internalização de valores e revisão de conceitos, que pela sinergia das pessoas e da organização construirão um novo cenário das relações e do processo de trabalho.

A gestão da qualidade hospitalar é o conjunto normativo dos princípios e funções que visam ao controle, à ordenação e a avaliação dos fatores de expressão da qualidade e excelência no processo e dos resultados do desempenho do pessoal do hospital, alicerçado pela ordenação dos fatores de produção ou de prestação dos serviços.

Segundo LA FORGIA E COUTTOLENC (2009) “o conjunto de serviços oferecidos pelos hospitais, com tratamento clínico de alta tecnologia, cirurgias complexas, atividades contábeis e serviços básicos de hotelaria torna sua gestão bastante trabalhosa, bem como a supervisão e controle apresentam-se como atividades extremamente desafiadoras”.

Acerca do funcionamento das organizações de saúde SANTOS (2011) relata:

Para funcionar as organizações de saúde precisam de um planejamento a fim de atingir seus objetivos e metas. Para planejar o administrador de determinada organização precisa ter bem definido os objetivos organizacionais para somente assim conseguir direcionar as ações necessárias para desenvolvimento organizacional. Esse administrador precisa também trabalhar os pontos fortes e fracos da organização e conseqüentemente a motivação da equipe de trabalho também tem papel importante neste processo organizacional para conseguir chegar aos objetivos comuns da organização (SANTOS, 2011, p.3).

Dessa forma, o que se espera é que a prestação de serviços médico-hospitalares seja executada da melhor maneira possível, pois nesse processo, os clientes não esperam e não toleram falhas, isso porque, qualquer erro incide diretamente sobre sua vida, ou pior, sua perda.

Segundo ROEDER (2008), “o conceito de qualidade em instituições hospitalares se apresenta em quatro visões particulares de qualidade: o desejo do paciente de ser tratado com respeito e interesse; a busca, pelo médico, de tecnologias especializadas mais avançadas para o tratamento dos pacientes, aprimorando, assim, seus conhecimentos; a busca, pelo conselho administrativo, em ter os melhores serviços e profissionais da área de saúde para um atendimento eficaz; e a oferta, pelo administrador, de melhores serviços e profissionais da área de saúde, o melhor atendimento médico hospitalar numa avaliação contínua dos serviços prestados para a implementação de um programa de melhoria continuada através da educação”.

(ZORZAN DE PAULA; TONELLO; DOS SANTOS, 2021). A educação permanente em saúde pode levar à qualificação da assistência à saúde e a uma nova lógica no processo de trabalho em saúde. Neste contexto, a percepção da importância do processo de realização da mesma é relevante para construção da EPS, pois um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de saúde é envolvimento dos profissionais.

Portanto, é preciso o engajamento de todos para assegurar assistência ao paciente de forma segura, resolutiva, de qualidade e livre de imperícias.

Dessa forma, pode-se concluir, então, que a qualidade no serviço de saúde hospitalar tem como definição assistir o cliente dentro das suas necessidades de saúde e satisfazê-lo, promovendo condições tecnológicas aos profissionais da área

de saúde e assegurando ao administrador um gerenciamento através dos processos educação permanente em saúde e de avaliação contínua do serviço prestado.

Ademais, a busca da qualidade na prestação de serviços à saúde é uma necessidade técnica e social, e atividades de acreditação e certificação de organizações precisam se familiarizar com as metodologias de melhoria da qualidade e incorporá-las nas atividades diárias para a obtenção dos melhores resultados possíveis em suas intervenções.

A implementação de ações e programas no intuito de garantir a qualidade é uma necessidade na busca de eficiência e um dever do ponto de vista ético e moral para os usuários e profissionais (TRONCHIN; MELLEIRO; TAKAHASHI, 2010). Para tanto, faz-se necessário a introdução de uma importante ferramenta no que concerne a gestão da qualidade, que é a adoção do ciclo PDCA (Plan, Do, Check e Action). O Ciclo compreende as seguintes etapas: P - planejamento de objetivos e metas a serem alcançadas, D - execução/realização das atividades propostas, C - checagem das atividades realizadas com relação ao planejado e A - ação, representada pela consolidação dos resultados e correção dos erros/desvios que possam ocorrer. (BOHOMOL, 2006).

A Gestão da Qualidade trabalha com planejamento, manutenção e melhoria dos padrões de qualidade dos produtos e serviços e o Ciclo PDCA fornece as ferramentas para trabalharmos essa trilogia.

No planejamento trabalha-se com definição de metas a partir das necessidades dos clientes; definem-se métodos; educa, treina, executa as atividades e coletam se dados; verificasse os resultados satisfazem às metas; promovem-se ações corretivas e padroniza-se. Na manutenção da qualidade cumprem-se os procedimentos operacionais; verifica se os resultados satisfazem às metas e removem se as anomalias atuando de imediato no problema.

Na melhoria da qualidade identificam-se as metas que merecem melhoria, observa, analisa e propõe novo plano de ação; coleta-se dados; verifica se os resultados satisfazem às metas; promove ação corretiva e padroniza-se.

AValiação NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Ao abordar a qualidade em saúde pensando em Gestão da Qualidade, faz-se necessário avaliar a qualidade, a fim de perceber e julgar o serviço que está sendo oferecido pela instituição de saúde.

A implantação de um processo de avaliação dos cuidados prestados se justifica pela relevância em prevenir possíveis riscos ou prejuízos consequentes dessa atividade realizada de forma não adequada. Diante disso, torna-se fundamental a aplicação da Auditoria e uma Gestão de Qualidade. (PADILHA, 2010).

De acordo com a literatura, identifica-se que os processos de avaliação da qualidade em saúde são diversificados e com forte influência pelo estado de desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Esses fatos são evidenciados principalmente em países considerados desenvolvidos, como os EUA, o Canadá e a Europa. Nesses locais, as organizações de avaliação de qualidade são bem estruturadas e fornecem seus modelos para países em desenvolvimento, que ainda não possuem serviços bem consolidados. (ADAMI, 2000; D.INNOCENZO, 2006).

Segundo Nogueira (2003), para avaliarmos a melhoria da qualidade nos cuidados de saúde, devemos:

Identificar aspectos importantes dos cuidados e serviços que realizam as organizações; usar indicadores que monitorem esses aspectos de forma continuada; identificar oportunidades de melhorias; agir para melhorar os serviços ou resolver os problemas (avaliar a efetividade das ações) (NOGUEIRA, 2003, p. 85-86).

De acordo com Oliveira (2004), avaliar o processo, compreende:

Determinar responsabilidades; estabelecer objetivos; estabelecer os pontos importantes na prestação dos serviços; identificar indicadores; estabelecer meios de avaliação; coletar e organizar dados; iniciar avaliação; agir melhorando os cuidados; avaliar se as ações foram efetivas e comunicar resultados (OLIVEIRA, 2004, p. 90).

A avaliação durante todo o processo é de vital importância para mensurar o quanto se avança em direção às metas e corrigir possíveis desvios que venham a atrapalhar e/ou impedir o alcance das mesmas. Os resultados positivos devem ser divulgados a todos para que possam servir de motivação e passem a fazer parte da padronização. Os negativos servirão para constantes reflexões e replanejamentos.

Para garantia e segurança dessa qualidade de assistência que está sendo prestada ao cliente no âmbito hospitalar desde 1970, o Ministério da Saúde desenvolve o tema Qualidade e Avaliação Hospitalar, partindo, a princípio, da publicação de Normas e Portarias, a fim de regulamentar essa atividade. Atualmente, trabalha na implantação de um sistema eficaz e capaz de controlar a assistência de saúde no Brasil. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir de 1989, a Acreditação passou a ser elemento estratégico para o desenvolvimento da qualidade na América Latina.

Segundo Novaes e Paganini (1994), a acreditação é o procedimento de avaliação dos recursos institucionais, voluntários, periódicos, reservados e sigilosos, que tende a garantir a qualidade da assistência através de padrões previamente aceitos.

Os padrões podem ser mínimos (definindo o piso ou a base) ou mais elaborados e exigentes, definindo diferentes níveis de satisfação e qualificação como complementos. (FELDMAN; GATTO; CUNHA, 2004).

Na acreditação hospitalar, são avaliados a estrutura, os processos e os resultados das instituições de saúde, estimulando estas instituições a se avaliarem permanentemente.

Assim, com a aprovação dessa avaliação, o hospital obtém o certificado de “Hospital Acreditado”, tendo o mesmo que demonstrar conformidade com o manual de padrões dessa metodologia. Segundo a Organização Nacional de Acreditação (ONA), acreditar significa “conceder reputação a; tornar digno de confiança”. Dessa forma, a importância em estar acreditado adquire o *status* de instituição que merece a confiança da sua comunidade. Assim, a “Qualidade” de saúde passa a garantir uma maior atuação no mercado competitivo, porém sem estar à mercê dos interesses específicos das instituições. (BONATO, 2001).

Desta forma, pode-se dizer que a acreditação, dentro do contexto de avaliação do serviço de qualidade que está sendo realizado na administração hospitalar, vem não só garantir a qualidade desse serviço, como também reforçar a importância da “Qualidade” no gerenciamento hospitalar. Esse fato contribui para assegurar a eficácia do atendimento que está sendo prestado ao paciente e traz às instituições condições de manterem-se no mercado competitivo atual.

AUDITORIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

As auditorias na área da saúde são realizadas em todos os níveis de atenção como primária, secundária e terciária, no entanto, cada um desses níveis pode ser tomado como objeto da auditoria e para que o trabalho dessa auditoria alcance seus objetivos é necessário que ela passe pelos três processos fundamentais que são: planejamento, execução e resultado.

São nesses três processos que são desenvolvidos cronologicamente passo a passo as ações que serão realizadas num processo de auditoria dentre elas temos: definir o foco da ação, definir a equipe e os pontos que serão verificados, realizar a pré-auditoria e a in loco, validar os dados coletados, elaborar o relatório, notificar o auditado e etc. (BRASIL, 2006).

É importante mencionar que, um dos pontos cruciais da auditoria é o relatório, o qual é elaborado em sua fase final. O relatório é um documento formal e técnico e tem por finalidade fazer o relato dos fatos observados, dos dados obtidos e das análises efetuadas sobre o desempenho do auditado.

A auditoria deve ser compreendida como um conjunto de ações de assessoramento e consultoria. A verificação de procedimentos e a validação dos controles internos utilizados pela organização permitem ao profissional auditor emitir uma opinião de aconselhamento à direção ou ao setor da entidade em estudo, garantindo precisão e segurança na tomada de decisão (MÜLLER, 2001).

O Manual de Normas de Auditoria do Ministério da Saúde (1998) define auditoria como o exame sistemático e independente dos fatos obtidos através da observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas, de uma atividade, elemento ou sistema, para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações de saúde e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas. Através da análise e verificação, avalia-se a qualidade dos processos, sistemas e serviços e a necessidade de melhoria ou de ação preventiva, corretiva ou saneadora.

Em saúde, o conceito de auditoria foi proposto por Lambeck (apud COUTINHO et al., 2003) em 1956, tendo como premissa a avaliação da atenção com base na observação direta, no registro e na história clínica do paciente. Atualmente, um grande número de hospitais, predominantemente privados, possui serviços de auditoria em saúde (SCARPARO; FERRAZ, 2008).

A auditoria em saúde, entre outros conceitos, é a avaliação sistemática da qualidade da assistência ao cliente (PAIM; CICONELLI, 2007). É realizada pela análise dos prontuários e verificação da compatibilidade entre procedimentos realizados e os itens que compõem a conta hospitalar cobrada, garantido um pagamento justo mediante a cobrança adequada (SOUZA; FONSECA, 2005). Ainda, trata-se de um método de avaliação voluntário, periódico e reservado, dos recursos institucionais de cada hospital para garantir a qualidade da assistência por meio de padrões previamente definidos (LIMA; ERDMAN, 2006).

Nesse novo conceito de auditoria em saúde, não se trata de uma forma de fiscalização, mas um programa de educação permanente. Através da auditoria, a instituição de saúde tem a possibilidade de realizar um diagnóstico objetivo acerca do desempenho de seus processos, incluindo as atividades de cuidado direto ao paciente e aquelas de natureza administrativa (MANZO; BRITTO; CORREA, 2012).

Na atualidade, o conceito de qualidade é compreendido como parte da função gerencial e como elemento essencial para a sobrevivência das instituições nos mercados atuais, que são altamente competitivos. Assim, o conceito de garantia da qualidade em saúde refere-se à elaboração de estratégias tanto para a avaliação da qualidade quanto para a implementação de normas e padrões de conduta através de programas locais ou nacionais. Dessa forma, no setor da saúde, a política da qualidade tem gerado uma preocupação constante com a melhoria da assistência prestada ao paciente, exigindo maiores investimentos na qualificação dos profissionais (NEPOMUCENO; KURCGANT, 2008). Nesse ambiente, a auditoria em saúde ganha espaço e grau de importância.

A auditoria em saúde pode ser desenvolvida em vários setores da saúde e por diferentes profissionais. Destacam-se entre eles a auditoria médica e a auditoria em enfermagem. Ambas as auditorias dispõem de áreas específicas de atuação, sendo que a característica do serviço é que destinará o papel do auditor, lembrando que seus objetivos são sempre os mesmos, ou seja, garantir a qualidade no atendimento ao cliente, evitar desperdícios e auxiliar no controle dos custos (PAIM; CICONELLI, 2007).

O processo de auditoria ocorre em todas as instituições prestadoras de serviços de saúde do setor público e privado conveniado ao SUS. As estratégias de ações são utilizadas de forma contínua sobre as estruturas organizacionais e

funcionais de forma a dimensionar a eficácia e a eficiência das atividades de saúde, cujos resultados são apresentados à administração do sistema de saúde. Ao lado dessas estruturas e organizações burocráticas funcionais da produção de serviços e controle do equilíbrio financeiro, os auditores executam em seus planos, a avaliação do desempenho na rede de serviço como forma de buscar um *feedback* junto ao usuário e a sociedade de um modo geral (COSTA et al., 2004).

As atividades de auditoria que envolvem o campo operacional usualmente executadas são: acompanhamento das unidades de saúde, verificação de denúncias de irregularidades, vistorias nos projetos de credenciamento de novos serviços e (descredenciamento desses), internamentos hospitalares, exames especializados, entre outros. Logo, em face da corresponsabilidade que as operadoras de planos de saúde têm em oferecer serviços de saúde de qualidade (Lei 9659/98), criou-se a necessidade de auditar as instituições de saúde com foco na qualidade dos processos funcionais e estrutura física (COSTA et al., 2004).

As atividades da auditoria em saúde concentram-se nos processos e resultados da prestação de serviços e pressupõem o desenvolvimento de um modelo de atenção adequado em relação às normas de acesso, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Consistem em controlar e avaliar o grau de atenção prestada pelo sistema de saúde, comparando-a a um modelo previamente definido (VASCONCELOS, 2011).

A Auditoria é um método que consiste na aferição da maneira pela qual os cuidados são prestados pelas equipes de saúde, com base em padrões determinados e estipulados e de acordo com a realidade que se quer avaliar (D.INNOCENZO, 2006).

A auditoria como ferramenta de gestão ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas e transmitir informações seguras sobre o desenvolvimento das atividades executadas (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2017), ao mesmo tempo em que visa a construção e a consolidação da organização, impedindo fraudes e erros fortuitos, como má aquisição de equipamentos e insumos, falhas de seleção e treinamento de pessoal, falhas em sistemas e pagamentos indevidos, que geram perdas ou danos por vezes irreversíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a gestão da qualidade tem sido adotada como modelo gerencial também na área da saúde, exigindo das instituições um envolvimento maior nos quesitos que dizem respeito à qualidade na prestação de serviços, englobando as suas três dimensões: estrutura, processos e resultados, que permeiam a sua atividade fim.

Decerto que a padronização das atividades é um grande avanço nesse processo de busca da qualidade. No entanto, antes de padronizar deve-se ter firmeza de propósitos, delimitação de metas que possam ser atingidas e compromisso de todos da organização. Com a padronização tem-se a uniformização nos processos, implicando em melhores condições de se atingir os objetivos planejados com eficiência e eficácia.

Diante disso, o trabalho revelou que a qualidade do serviço prestado necessita ser percebida pelos usuários do serviço e também pela administração das instituições. Para que essa percepção aconteça, a instituição utiliza-se da avaliação e da auditoria.

De acordo com a definição de auditoria já mencionada no texto podemos deduzir que ela é uma ferramenta de gestão muito importante, pois é através dela que se obtêm informações de como está funcionando o sistema de saúde, tanto em termos de aplicações de recursos, como de qualidade na assistência prestada. Hoje vivemos em uma sociedade que exige uma qualidade de vida cada vez melhor e dentro dessa qualidade, um dos elementos fundamentais é a prestação de serviços de saúde tanto na promoção da saúde quanto na recuperação. E perante essa exigência é que a auditoria vem se desenvolvendo dentro da saúde como em caráter educativo, visando à melhoria da qualidade da assistência prestada ao usuário e a redução de custos.

Conclui-se, portanto, que a auditoria é uma ferramenta de gestão muito importante na saúde e a partir do momento que tivermos uma atuação mais extensa dessa atividade com qualidade é certo que as condições de atendimentos e a aplicação dos recursos na saúde pública serão de fato bem melhores, pois é através da análise da auditoria que serão apontadas as causas dos erros para que os problemas apresentados sejam sanados, o que faz com que a auditoria se torne uma ferramenta indispensável para se alcançar uma gestão de saúde mais eficiente, eficaz e efetiva.

REFERÊNCIAS

BOHOMOL, Elena. Padrões para avaliação da qualidade da assistência de enfermagem. In: D. INNOCENZO, Maria. (Coord.). **Indicadores, auditorias, certificações**: ferramentas de qualidade para gestão em saúde. São Paulo: Martinari, 2006.

BONATO, Vera Lúcia. **Gestão em Saúde: Programas de Qualidade em Hospitais**. São Paulo: Ícone; 2007.

BONATO, Vera Lúcia. Gestão da qualidade em saúde: melhorando assistência ao cliente. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.35, n.5, p.319-331, 2001.

BRANDI, Acácio Ferreira.; SIMÕES, Luis Otavio. A importância da auditoria contábil. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**, São Paulo, v.5, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/contabeis10/pages/artigos/cc-edic10-anoV-art02.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Normas de Auditoria**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_normas_auditoria.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Manual de Auditoria Interna**. 1ª versão. 2007. Disponível em: <www.conab.com.br>. Acesso em 05 ago. 2021.

COSTA, M.S. et al. Auditoria em enfermagem como estratégia de um marketing profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**., v.4, n.57, p.497- 499, 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342012000200017&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 08 ago. 2021.

COUTINHO, T. et al. **Gestão da qualidade total**. São Paulo: Alínea, 2003.

D.INNOCENZO, Maria; ADAMI, Nilce Piva; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm: O movimento pela qualidade nos serviços de saúde e enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v.59, n.1, p.84-88, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n1/a16v59n1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FELDMAN, L.B.; GATTO, M.A.F.; CUNHA, I.C.K.O. História da evolução da qualidade hospitalar: dos padrões a acreditação. **Acta Paul Enferm.**, v.18, n.2, p.9-13, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GURGEL JUNIOR, G. D. VIEIRA, M. M. F. Qualidade total e administração hospitalar. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.7, n.2, p. 325-334, 2002. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 12 de set. 2021.

LA FORGIA, G.M.; COUTTOLENC, B.F. **Desempenho hospitalar no Brasil: em busca da excelência**. São Paulo: Singular, 2009.

LONGO, Rose Mary Juliano. **Gestão da qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação**. Brasília, DF: IPEA, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_397.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MEZOMO, J.C. **Gestão da qualidade na saúde: princípios básicos**. São Paulo, Manole, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. 1994.

MÜLLER, Aderbal Nicolas. Desmistificando o trabalho da auditoria. **Revista FAE Business**, 2001. Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes>. Acesso em: 15 set. 2021.

N. BAZZANELLA, André Lima; SLOB, Edna: A auditoria como ferramenta de análise para a melhoria da qualidade no serviço prestado. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, UNINTER, vol. 3, n. 2, p.14, jul/dez 2013. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistasaude/index.php/.../article/download/176/168.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

NEPOMUCENO, L.M.R.; KURCGANT, P. Uso de indicador de qualidade para fundamentar programa de capacitação de profissionais de enfermagem. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 4, Dec. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342008000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2021.

NOGUEIRA, L. C. L. **Gerenciando pela qualidade total na saúde**. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2003.

OLIVEIRA, Otávio. J de. **Gestão da qualidade: tópicos avançados**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

PADILHA, Elaine Fátima. **Auditoria como ferramenta para a qualidade do cuidado de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital Universitário**. 2010. 168 f. Tese (Mestrado em Enfermagem), Universidade Estadual de Maringá, PR. 2010.

PAIM, Chennyfer da Rosa Paino. CICONELLI, Rozana Mesquita. Auditoria de avaliação da qualidade dos serviços de saúde. **Revista de Administração em Saúde**. v. 9, n. 36 – Jul-Set, 2007. Disponível em: <https://bases.bireme.br>. Acesso em 15 mai. 2021.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Manual de auditoria contábil**. Auditoria e gestão. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria2.htm>. Acesso em: 16 mai. 2021.

ROEDER, Frederico de Carvalho. **Administração hospitalar**: planejamento estratégico na administração de serviços. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Neuza Maria dos. Planejamento estratégico: como foco na gestão hospitalar. **Convibra Administração**, Rio de Janeiro, p.2-10, 2011.

SCARPARO, A.F.; FERRAZ, C.A. Auditoria em enfermagem: identificando sua concepção e métodos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.61, n.3, jun.2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 set. 2021.

TRONCHIN, Daysi Maria Rizatto. MELLEIRO, Marta Maria. TAKAHASHI, Regina Toshie. A Qualidade e a Avaliação nos Serviços de Saúde e de Enfermagem. In: KURGANT, Paulina (org.). **Gerenciamento em Enfermagem**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

VASCONCELOS, Maria de Fátima Barboza. **Instrumentos de gestão e qualidade nos serviços de saúde**. 2011. Disponível em: <www.webartigos.com/articles>. Acesso em 16 set. 2021.

ZORZAN DE PAULA, R.; TONELLO, L.; DOS SANTOS, E. Educação Permanente em Saúde: Perfil profissional no contexto hospitalar. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 4, n. 3, p. 386-400, 3 mar. 2021.

CAPÍTULO 2

A BNCC E OS SENTIDOS DE ENSINAR HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM ANANINDEUA-PARÁ¹

BNCC AND THE MEANINGS OF TEACHING HISTORY IN ELEMENTARY
EDUCATION IN ANANINDEUA-PARÁ

Francivaldo Alves Nunes

Professor de História na Universidade Federal do Pará

Doutor em História Social/Universidade Federal Fluminense

francivaldonunes@yahoo.com.br

Resumo: Neste texto procuramos demonstrar, a partir de leituras construídas pelos professores de história das escolas públicas municipais de Ananindeua, o sentido de ensinar história. As novas exigências e como são percebidas, as novas formas de atuar, os conteúdos a trabalhar, as estratégias de atuação docente consolidadas e em ruptura, são questões que buscamos perceber. Adotamos como metodologia a leitura de referências bibliográficas, de forma a realizar um diálogo com autores relacionados com as temáticas: ensino de história, currículo, BNCC, atuação docente. A perspectiva é de que os conteúdos sejam contextualizados por meio de estratégias pedagógicas que conectem com a realidade dos alunos e o ambiente social da escola, tornando-o significativo para a aprendizagem do educando. Para tanto, sugere como estratégias, projetos pedagógicos ou ações interdisciplinares que fortaleçam a competência pedagógica das equipes escolares com dinamismo e interatividade para o ensino e a aprendizagem.

¹ Texto resultado de pesquisas desenvolvidas através do projeto “Os sentidos de Ensinar História e a BNCC: Leituras da atuação docente por professores da Educação Básica”, com financiamento de bolsa de iniciação científica pelo CNPq. Uma versão inicial deste texto foi apresentada em formato de resumo expandido no *II Congresso de Ensino Científico (CONENCI)*, realizado entre 15 e 18 de julho de 2021, em formato online.

Palavras-chave: Ensino. História. BNCC.

Abstract: In this text we seek to demonstrate, from readings constructed by history teachers from public schools in Ananindeua, the meaning of teaching history. The new requirements and how they are perceived, the new ways of acting, the contents to work on, the consolidated and disrupting teaching performance strategies, are issues that we seek to understand. We adopted as a methodology the reading of bibliographical references, in order to conduct a dialogue with authors related to the themes: history teaching, curriculum, BNCC, teaching activities. The perspective is that the contents are contextualized through pedagogical strategies that connect with the students' reality and the school's social environment, making it significant for the student's learning. Therefore, it suggests as strategies, pedagogical projects or interdisciplinary actions that strengthen the pedagogical competence of school teams with dynamism and interactivity for teaching and learning.

Keywords: Teaching. Story. BNCC.

INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa que tem nos motivado a pensar o ensino e a educação nos últimos anos, dialoga na perspectiva de compreender os sentidos de ensinar a história em tempos de modificações curriculares e de se repensar os lugares das disciplinas escolares, principalmente no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Inclui-se ainda, elementos circunscritos a um ambiente de revisionismo e negacionismo históricos, assim como de defesa de uma escola que nega a importância dos debates e posicionamentos políticos como necessários na formação dos estudantes.

Importante registrar, que nos últimos dois anos, a Secretaria de Educação de Ananindeua (SEMED), município da área metropolitana de Belém-Pará, iniciou o processo de implementação da BNCC, nos currículos escolares, o que envolveu os professores e técnicos da secretaria. Consideramos que a Base, como um documento governamental, apresenta implicações não apenas quanto aos conteúdos, assim como pressupõe mudanças nas atividades desenvolvidas pelos professores, incluindo novos lugares e os sentidos as disciplinas, assim como expressa a necessidade de se pensar as estratégias metodológicas e as formas como constroem as sequências didáticas, de forma a facilitar a aprendizagem (MACEDO, 2015).

O processo de implantação da BNCC exigiu em um primeiro momento, através da promoção de cursos formativos, conhecer a proposta e os possíveis impactos que poderia provocar na organização curricular até então desenvolvida. Seguiu-se de reuniões e formações de grupos de trabalho, que em um segundo momento, passaram a estabelecer as relações mais diretamente e propor as modificações necessárias. Em 2020, a SEMED entrega aos professores, gestores, coordenadores pedagógicos e técnicos, assim como a sociedade em geral o Documento Curricular do Município de Ananindeua (DCMA) com o tema “Por uma educação humanizadora”, que apresenta a proposta curricular para a educação infantil e ensino fundamental como grande síntese desse trabalho.

METODOLOGIA

Compreender os sentidos de ensinar história em diálogo com a experiência docente e novas diretrizes curriculares condicionadas as escola e redes de ensino, nos exigiu adotar uma metodologia que passou pela leitura de referências bibliográficas, de forma a realizar um diálogo com autores relacionados com as temáticas: ensino de história, currículo, BNCC, atuação docente. De forma mais específica, a proposta é compreender os novos sentidos que são implicados na disciplina de história, sob a percepção dos professores, considerando o advento da implantação da BNCC e o contexto social em que se observam os debates sobre a história e a disciplina de história.

Com a finalidade de responder às questões anteriormente levantadas, procuraremos, para este texto, ouvir os professores que atuam nas escolas da rede pública municipal de Ananindeua, em que selecionamos quatro docentes da disciplina de história e que atuam no ensino fundamental maior, anos finais (6.º ao 9.º ano), licenciados em história, tendo uma experiência formativa em universidades públicas e privadas. Estes professores nos ajudaram a compreender, no debate de reorganização curricular, o lugar do ensino de história e os sentidos que podem tomar, a partir destas mudanças associadas ao currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No exercício das mudanças curriculares, a partir das novas exigências da BNCC, se observa na fala dos docentes como elemento de motivação, a possibilidade de construção de um currículo que oferecesse “uma outra perspectiva da história”, que embora já viesse sendo desenvolvida em algumas escolas, por alguns professores, ainda assim necessitava de legitimação ou oficialização por parte da SEMED. “Uma outra perspectiva de história”, destacou os professores, resumia bem aqueles momentos que envolviam os docentes nos cursos de formação e na participação em grupo de trabalho, quando do debate pela implementação da BNCC.

A percepção otimista desses novos tempos residia na ideia de aproximar os alunos do conteúdo trabalhado pelos docentes em sala de aula, de forma a enfatizar que os discentes também são sujeitos da história, podem se enxergar nas histórias que lêem e que o professor as conta, desmistificando a ideia de que a história é constituída por grandes feitos e heróis. Não que isso, em determinados momentos, não fossem mais utilizados, como expressou alguns professores. Aliás, ainda se constitui em um recurso muito acionado pelos docentes para chamar atenção dos alunos sobre algum tema, principalmente porque a ideia de herói ainda é muito presente em nossa sociedade. Está cotidianamente presente em filmes e séries televisivas ou jogos eletrônicos, algo muito comum no universo de vivência dos alunos. No entanto, a história, na leitura dos docentes não se deve prestar a isso, mas a apresentar a importância de cada um no processo de construção social, inclusive fazendo com que os alunos se enxerguem neste processo.

Outra questão a superar, a partir desta nova perspectiva de história, seria a ideia de apenas conhecer o passado, sem fazer conexões com o tempo presente, como se o passado permanecesse estático a uma temporalidade específica. Aproximando-se dessa forma, de uma concepção de disciplina que sirva de ferramenta para a compreensão dos fenômenos sociais. Aliás, ao apresentar a disciplina de História, a BNCC enfatiza a ideia que “todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos”, nesse sentido o historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes em diálogo com a demanda social em que

está envolvido, por isso que não se pode entender o passado como estático. Deve sim, ser observado em constante movimento, sendo acionado, sempre que o presente procura recuperar em dado momento histórico, de forma a melhor compreender uma dada realidade (BRASIL, 2017, p. 397).

A relação entre passado e presente, necessariamente, pressupõe pensar a dimensão do futuro, a medida em que o passado é acionado para compreender e melhor analisar o presente de forma a buscar saídas mais seguras, projetando e planejando um melhor futuro. Nesse ponto, gostaríamos de destacar como a fala dos professores abre espaço para refletirmos sobre as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” como propostas por Koselleck (2006), no sentido de demarcar diferentes formas pelas quais os sujeitos históricos articulam as dimensões temporais entre passado e futuro. Nessa perspectiva, a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, considerando as demandas do presente. No entanto, esclarece o autor, também está, ao mesmo tempo, ligado à pessoa e ao interesse individual.

No entrelaçamento entre passado e presente e horizontes de expectativas, observado na fala dos professores, tal posição justifica e orienta a sua prática pedagógica. Neste aspecto, a história deve se constituir muito mais do que um curso para aprimoramento ou colaborativo na profissionalização, mas uma ferramenta para a autonomia do pensamento. Neste aspecto, os professores recuperam a ideia de uma história como formação para cidadania, como adverte a Base, para quem “a relação passado/presente não se processa de forma automática”, nem tão pouco a história “emerge como um dado ou um acidente que tudo explica”, mas permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à “superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos”, ou seja, é sustentada a partir desta reflexão de uma história crítica e reflexiva com o objetivo de transformação social (BRASIL, 2017, p. 397).

Relacionando os desafios da disciplina numa era de proliferação de outras narrativas sobre o passado, construídas fora dos espaços escolares, os professores têm plena consciência de que as interpretações do passado são produzidas hoje fora da academia e alcançam o espaço midiático e a esfera pública de uma maneira avassaladora, o que coloca o ensino escolar em xeque. Esta é, na verdade, a maior

ameaça percebida pelos docentes. Para os professores, o fato da história escolar não ocupar grandes espaços no currículo, observa-se uma carga horária diminuta, assim como conteúdos, são questões a se preocupar. No entanto, o que deve tirar o sono dos professores, está associado com a questão em que os docentes poderiam chamar de *problema epistemológico*, ou seja, do regime de verdade em torno da disciplina escolar de história, que tem de competir com essas outras produções de versões históricas construídas fora do ambiente escolar e que acabam interferindo na forma como o professor atua.

Os professores, ao apresentar a experiência de ter que corrigir determinados eventos apontados por alunos, a partir de contatos com outras versões do passado, revela que a BNCC pode colaborar no combate ao que se poderia chamar de *fake história*, principalmente nos estudos dos 6.º ano, no momento em que o ofício do historiador é abordado. Ao destacar a unidade temática “História: tempo, espaço e formas de registros”, no objeto de conhecimento “Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico” a habilidade “Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas” (EF06HI02), devia se constituir como algo observável em outros momentos da formação nos anos seguintes, permitindo que o trabalho com documentos e a forma como trabalha o historiador pudesse ser um instrumento permanente na reflexão do alunado.

Compreensões com a anterior, evidencia a importância de pensarmos a história como uma construção que se faz “viva” em espaços e ambientes diversos, muitas vezes desaprovados ou mesmo nem discutidos nos espaços acadêmicos, mas que precisam, para se constituir enquanto conhecimento histórico, guardar os pressupostos da disciplina. Para os professores, essa questão se torna crucial, pois frequentemente precisam defender ou justificar seus métodos de trabalho como estratégia de enfrentamento dessas narrativas não científicas sobre o passado. Desta forma, observa-se os vários desafios ao professor de história, especialmente em um momento em que sua atuação profissional e produção intelectual é questionada por quem defende uma “neutralidade” no ensino de história (PENNA, 2017), como os apoiadores do movimento *Escola sem Partido*, por exemplo.

A habilidade de atribuir significado aos temas estudados na disciplina aparece como a característica mais importante para o professor de história, inclusive para combater as *fake histórias*. Mas como isso se efetiva na prática docente? No relato dos professores, essa premissa associa-se à necessidade de historicizar os fatos sociais, a partir de uma perspectiva mais plural e inclusiva, o que reflete também os segmentos com os quais esse professor trabalha na rede municipal. Portanto, “conhecer seu lugar nessa história” estaria associado ao primeiro passo de um entendimento mais amplo da sociedade como um todo. Vemos, portanto, a necessidade de se aproximar dos alunos, incentivar a desnaturalização dessas opções arbitrárias do próprio currículo escolar, a partir de um exemplo comum que podem ser vinculados à própria experiência dos discentes. E conseqüentemente a refletir sobre o lugar deles próprios nesse saber histórico privilegiado em que ele se depara como conteúdo escolar.

Aos professores, a questão do sentido a ser conferido pela disciplina tem de necessariamente perpassar por uma reflexão constante do docente. Neste aspecto, o professor de história deve perguntar-se durante o exercício da docência por que está falando sobre determinado assunto? Porque escolheu determinadas temáticas? Quais reflexões quer suscitar a partir de tal tema? Claro que estas questões são mediadas em função do tempo, dos recursos, do ambiente de trabalho, no entanto, são importantes para dar maior sentido à disciplina e tornar o ensino mais significativo para o aluno. Ao que se observa, as narrativas didáticas conduzidas pelos docentes devem sempre buscar refletir e questionar, vinculando o tema estudado à vida e realidade do aluno. Necessário se faz, portanto, pensar em *links*, estratégias para se aproximar de seu público, despertar uma curiosidade.

Associar a habilidade docente de atribuir sentido aos conteúdos da disciplina a um perfil de professor investigativo é o que se conclui. Como foi dito, um bom professor de história é necessariamente um bom pesquisador. Nesse aspecto, o professor deve ser uma pessoa que tem um mínimo de curiosidade que a motive a fazer pesquisas e que motive necessariamente a sair da sua zona de conforto, buscando também despertar interesse nos alunos.

Uma saída para a questão anterior é que o ensino de história esteja mais próximo e inclusivo às demandas dos discentes. É o que poderíamos chamar de um

ensino significativo, em que o aluno associe os conteúdos a sua experiência de vida na sociedade, ou seja, na família, na igreja, na entidade ou partido político em que milita. Neste aspecto, a proposta da BNCC pode ser bem significativa. No caso, permite aos professores que construam habilidades de forma que os alunos possam conduzir esse conteúdo para suas experiências de vida prática. Não há dúvidas que estamos diante de percepções sobre a disciplina de história e o trabalho do professor que mergulha em uma história mais real, que envolve o aluno e desperta o pensamento independente, para lembrarmos aqui os estudos de Maria Louro Felgueiras (1994), para quem a história deve repensar seu ensino de forma a torná-lo mais significativo. Nos parece que aqui reside o elemento central, quando se observa as reações dos professores neste contexto de implantação da BNCC e dos desafios e ataques sofridos pela história, ou seja, tornar os estudos de história como algo que expresse sentido e importância aos alunos e a sociedade.

Imagem 1 - Documento Curricular do Município de Ananindeua, 2020.



Fonte: PARÁ (Ananindeua), 2020, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão que os professores estabelecem da disciplina de história em um momento de implantação da BNCC é da necessidade de reflexão sobre a importância dos estudos históricos neste contexto de mudança curricular, mas também da necessidade de reafirmação da importância da história. Neste aspecto, se aponta uma perspectiva de uma outra história que precisa ser trabalhada.

A outra história apontada está associada à ideia de aproximar os alunos do conteúdo trabalhado pelos professores em sala de aula, construir o que poderíamos chamar de uma história significativa. Isto pressupõe trazer os discentes para a arena dos debates históricos, não como espectadores, mas como agentes ou sujeitos da história. Isto significa fazer com que os alunos se vejam nestas histórias, que se percebam no que leem e que, na construção da vida, estes se vejam nas lutas e disputas sociais.

O recurso ao passado, quando consideramos que a história se constrói na luta social, não é como algo apenas para ser conhecido ou entendido, mas que esta experiência em tempo de outrora possa estabelecer conexões com o tempo presente. Nesse sentido, o passado para além de explicar o presente deve colaborar na construção de uma leitura que permita construir estratégias de transformação da sociedade. Aliás, é nesta perspectiva que, em parte, se sustenta o ensino de história, ou seja, colaborar na construção de valores, sentimentos de pertencimento e compreensão de direitos e deveres que nos auxiliam na vida em sociedade ou na luta pela sua transformação.

A perspectiva de vida em sociedade pressupõe as relações presentes, mas também estabelece vínculos, pelo menos no campo da expectativa, com o futuro. No caso, ao acionarmos o passado também pressupomos uma dimensão do futuro, uma vez que estamos à procura de saídas mais seguras para os problemas e situações vividas em sociedade.

Uma última questão que se observou está associada à dimensão de um ensino que compreenda a realidade social. Em outras palavras, pressupõe uma história para formação para cidadania, ou seja, um ensino que promova a liberdade de aprender e

ensinar, o que significa associar o aprendizado à realidade de vida e buscar ensinar, partindo de uma experiência social do docente.

Por fim, diríamos que esta história que expressa a realidade do aluno e estabelece conexões com a atuação do professor no âmbito da sociedade é a que melhor responde aos questionamentos sobre o que ensinar, os sentidos que a história deve tomar e a importância do ensino de história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

FELGUEIRAS, M. L. *Pensar a História, repensar o seu ensino*. Porto: Porto Editora, 1994.

KOSELLECK, R. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p. 309-313.

MACEDO, E. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n.133, out./dez. 2015, p. 891-908.

PARÁ (Ananindeua). *Documento Curricular do Município de Ananindeua para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental*. SEMED: Ananindeua, 2020.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PENNA, F. *O ódio aos professores*. Movimento Liberdade para Ensinar. Artigo disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores> / Acesso em 27/11/2020.

CAPÍTULO 3

USO DA PALHADA NO SOLO COMO ALTERNATIVA AO DESPERDÍCIO DE ÁGUA PELA IRRIGAÇÃO

João Paulo Pereira Duarte²

Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Unesp, Engenheiro Agrônomo e Docente pela ETEC Laurindo Alves de Queiroz e pela ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior

Nauany dos Santos Frascari³

Técnica em Agropecuária e Técnica em Administração pela ETEC Laurindo Alves de Queiroz

Resumo: O projeto teve como objetivo avaliar a influência do uso da palhada (cobertura morta), na superfície do solo, nos níveis de umidade. Além de demonstrar os benefícios diretos e indiretos que o uso da cobertura morta traz na diminuição do consumo de água potável por meio da irrigação. As pesquisas se deram entre os meses de agosto e setembro do ano de 2021. Tratou-se de um experimento prático implantado nas instalações da ETEC Laurindo Alves de Queiroz no município de Miguelópolis-SP. Foram dispostos dois tratamentos um com o uso da palhada e outro sem cobertura. Durante cinco dias foi medida a umidade de ambos os solos para verificar as variações e diferenças entre os tratamentos. Através dos resultados alcançados foi possível concluir que a presença de palhada contribui para retenção de água no solo aumentando sua umidade, com isso, é possível diminuir a quantidade de água irrigada (período mais espaçado entre as irrigações), automaticamente conservando-a e evitando o desperdício desse recurso natural importante. A palhada a ser utilizada pode ser adquirida na própria área do plantio, por meio dos resíduos das plantas que anteriormente estavam no local, sejam elas as culturas cultivadas (restos culturais: caule, folhas e raiz) ou mesmo de plantas espontâneas que foram dessecadas ou capinadas, ou seja, uma alternativa viável economicamente à

² Mestrando em Políticas Públicas pela UNESP/Franca. E-mail: joaopaulo_itv@hotmail.com

³ Técnica em Agropecuária e Técnica em Administração. E-mail: frascarinauany@gmail.com

pequenos, médios e grandes produtores.

Palavras-Chave: Palhada; Umidade do solo; Conservação.

Abstract: The project aimed to evaluate the influence of the use of straw (dead cover), on the soil surface, on moisture levels. In addition to demonstrating the direct and indirect benefits that the use of mulch brings in reducing the consumption of drinking water through irrigation. The research took place between the months of August and September of the year 2021. It was a practical experiment implemented at the ETEC Laurindo Alves de Queiroz in the city of Miguelópolis-SP. Two treatments were arranged, one with the use of straw and the other without covering. During five days, the moisture of both soils was measured to verify the variations and differences between treatments. Through the results achieved, it was possible to conclude that the presence of straw contributes to the retention of water in the soil by increasing its moisture, with this, it is possible to reduce the amount of irrigated water (period more spaced between irrigations), automatically conserving it and avoiding waste of this important natural resource. The straw to be used can be purchased in the planting area itself, through the residues of the plants that were previously in the place, whether they are cultivated crops (crop remains: stem, leaves and root) or even spontaneous plants that have been desiccated or weeding, that is, an economically viable alternative to small, medium and large producers.

Keywords: Straw; Soil moisture; Conservation.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados das Organizações Unidas (ONU) mais de 70% da água potável que está disponível no mundo é consumida pela irrigação. Nesse contexto, se fazem necessários estudos e pesquisas que busquem a redução no uso da água ou mesmo o seu desperdício por essa prática.

A tecnologia é uma alternativa constante nesse aspecto, porém, por vezes é inacessível a determinados nichos de produtores rurais que não possuem conhecimento, nem condições aquisitivas para se adaptar ao padrão responsável de consumo. Sendo assim, práticas culturais devem ser levadas em conta para amenizar os impactos do consumo irracional da água, e uma dessas possibilidades é o uso de cobertura morta na superfície do solo que pode gerar impactos positivos em diferentes aspectos.

A palhada, objeto da pesquisa, é um material vegetal que pode ser adquirido por meio dos resíduos vegetativos de culturas e plantas invasoras que permanecem na

superfície do solo, ou seja, um material gratuito e acessível à pequenos produtores, tendo custo zero para sua utilização.

Além da retenção de água, hipótese analisada pela pesquisa, a palhada auxilia no equilíbrio na temperatura do solo (BERNI et al., 2011), evita erosões e disponibiliza nutrientes para o mesmo (EMBRAPA, 2021).

Portanto, objetivou-se avaliar a influência do uso da palhada (cobertura morta), na superfície do solo, nos níveis de umidade. Além de demonstrar os benefícios diretos e indiretos que o uso da cobertura morta traz na diminuição do consumo de água potável por meio da irrigação.

MATERIAIS E MÉTODOS

As pesquisas se deram entre os meses de agosto e setembro do ano de 2021. Tratou-se de um experimento prático implantado nas instalações da ETEC Laurindo Alves de Queiroz no município de Miguelópolis-SP. (Figura 1). Na primeira etapa a autora e orientador realizaram a medição da área que seria utilizada para o experimento, área essa anteriormente utilizada como local de plantio de hortaliças e ambiente próprio para aulas práticas da escola agrícola.

Figura 1. Área na ETEC Laurindo Alves de Queiroz destinada ao projeto.



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Foi definida e delimitada por estacas uma área de 10 m².

Figura 2. Momento da medição e delimitação da área para os tratamentos.



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Em um segundo momento, de posse de um medidor de Ph, umidade e luminosidade (Figura 3), foram realizadas medições da umidade do solo em 6 diferentes pontos dispostos cada três pontos em um tratamento cada (T1 e T2).

Figura 3. Medidor de umidade no solo.



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Diante dos resultados coletados foi realizada a média da umidade coletada em cada um dos tratamentos. Em seguida, deu-se início a aplicação da palhada no solo (Figura 4).

Figura 4. Aplicação da palhada na superfície do solo.



Fonte: Dos próprios autores (2021)

A palhada (cobertura morta) foi coletada na própria área e acumulada em um monte próximo ao local do experimento. Depois a palhada foi depositada de forma manual sob um dos tratamentos (T2) chegando a 5 cm de espessura como observado na figura a seguir (Figura 5). Por outro lado, no tratamento 1 (T1) o solo permaneceu nú, ou seja, sem nenhum tipo de cobertura vegetal.

Figura 5. Espessura da palhada depositada no solo.



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Inicialmente iria ser realizada irrigação em ambos os tratamentos por aspersão,

de maneira uniforme e com a mesma quantidade de água (tempo) para os dois tratamentos, porém, devido a chuva que ocorreu no dia 26 de setembro, cerca de 13 mm (CIIAGRO, 2021), não foi necessária a irrigação. Em seguida, novamente foram realizadas medições de umidade (Figura 4) em ambos os tratamentos.

Figura 6. Experimento montado de forma definitiva.



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Nos dias subsequentes foram repetidas as medições (Figura 7) de forma diária no mesmo horário todos os dias, porém sem irrigar os tratamentos, com isso, foi possível verificar a capacidade de retenção de água por ambos os tratamentos mediante as condições do clima, como por exemplo a temperatura, incidência solar, vento e outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1. Resultados da umidade na primeira medição realizada pré-aplicação da palhada.

Resultado da medição de umidade do solo

T1 (sem palha)	T2 (com palha)
1 (seco)	1 (seco)

Fonte: Dos próprios autores (2021)

Foi possível observar na tabela anterior que os resultados foram semelhantes, uma vez que se tratava do mesmo ambiente, ou seja, as mesmas características

físicas, químicas e biológicas do solo, bem como do clima no ambiente externo. Observa-se também na figura 3 que o aparelho possui medições de 1 a 10, sendo de 1 a 3 dry (seco) representado pela cor vermelha, de 4 a 7 moist (úmido) representado pela cor verde e de 8 a 10 wet (molhado) representado pela cor azul.

No dia 26 de setembro, domingo, houve precipitação no município de Miguelópolis-SP, não havendo assim a necessidade de irrigação prevista para o projeto em questão. Nesse sentido, foi realizada a medição dois dias após a chuva no local, mais precisamente no dia 28 de setembro de 2021, com o intuito de verificar o potencial de retenção de água no solo, por meio de análise da sua umidade. Posteriormente foram realizadas mais duas medições no local, na quinta-feira (30/09) e na sexta-feira (01/10).

Figura 7. Medições realizadas no dia 28/09 no T1 (sem palhada) e no T2 (com palhada)



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Tabela 2. Resultados da umidade nas medições dos dias subsequentes pós-aplicação da palhada.

Resultados da medição de umidade do solo			
T1 (sem palha)		T2 (com palha)	
28/09	2 (média)	28/09	5 (média)
30/09	1 (média)	30/09	3 (média)

01/10

0,5 (média)

01/10

3 (média)

Fonte: Dos próprios autores (2021)

Como consta na tabela 2, os resultados em todos os dias analisados foram diferentes. No primeiro dia (28/09) a diferença entre o nível de umidade do solo foi de 3 pontos. No segundo dia de análises a diferença entre ambos os tratamentos permaneceu, alcançando uma divergência de 2 pontos. No terceiro dia os resultados permaneceram diferentes, 2,5 pontos, sendo possível observar as diferenças entre os tratamentos.

Praticamente quase todas as culturas necessitam de complementação hídrica por meio de sistemas de irrigação, sejam elas plantas ornamentais, hortaliças, leguminosas, culturas anuais ou perenes.

Nesse sentido, conclui-se que a palhada exerce um poder de retenção de umidade no solo, o que de forma direta pode contribuir a evitar o desperdício de água pela irrigação, uma vez que a presença da palhada permite suspender a irrigação em dias.

Para se ter uma ideia, as necessidades de água são satisfeitas por meio de precipitação (chuva), pela ascensão capilar e pela reserva de água no solo (DGADR, 2021).

Esse último fator é potencializado pela presença da palhada na superfície do solo. Por outro lado de acordo com a Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021) as perdas de água ocorrem pela evapotranspiração das culturas, percolação para as camadas inferiores do solo, onde o sistema radicular não alcança e pelas perdas por escoamento.

Os dois últimos fatores são otimizados pela palhada no solo, uma vez que a cobertura morta atua como uma barreira natural às gotas de chuva que chegam ao solo de uma forma mais lenta, contribuindo para a diminuição da perda por percolação, por sua vez o escoamento é praticamente nulo ao utilizar a palhada, pois novamente a cobertura age como uma barreira e mesmo que o solo seja em declive a palhada “segura” os possíveis escoamentos superficiais mantendo a água no solo.

Figura 8. Diferença perceptível de umidade no solo entre os tratamentos



Fonte: Dos próprios autores (2021)

Por fim, a presença de palhada contribui para retenção de água no solo aumentando sua umidade, com isso, é possível diminuir a quantidade de água irrigada (período mais espaçado entre as irrigações), automaticamente conservando-a e evitando o desperdício desse recurso natural importante.

A palhada a ser utilizada pode ser adquirida na própria área do plantio, por meio dos resíduos das plantas que anteriormente estavam no local, sejam elas as culturas cultivadas (restos culturais: caule, folhas e raiz) ou mesmo de plantas espontâneas que foram dessecadas ou capinadas, ou seja, uma alternativa viável economicamente à pequenos, médios e grandes produtores.

REFERÊNCIAS

Tera. Irrigação é responsável pelo consumo de 72% da água no Brasil. 2013. Disponível em: <<https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/bid/320413/irrigacao-responsavel-pelo-consumo-de-72-da-agua-no-brasil>>. Acesso em: 04 out. 2021.

BERNI, Rodrigo Fascin *et al.* Efeito da palhada sobre a temperatura do solo, em cultivo protegido de pimentão nas condições do Amazonas. Horticultura Brasileira, v. 29, n. 2, jul. 2011. Disponível em: <http://www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV_5/A4077_T6075_Comp.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas - CIIAGRO. Rede Meteorológica Adamantina 2021. Disponível em: <<http://www.ciiagro.org.br/ema/minutos.php?id=%20233>>. Acesso em: 05 set. 2021.

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Necessidades hídricas das culturas. Disponível em: <<https://www.dgadr.gov.pt/rec-hid/nec-hidricas-culturas>>.

Acesso em: 26 set. 2021.

MACHADO. Pedro Luiz O. Almeida; WADT, Paulo Guilherme S. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Terraceamento. Disponível em:

<<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/arroz/arvore/CONT000fohgb6cq02wyiv8065610dfrst1ws.html>>. Acesso em: 10 set. 2021.

CAPÍTULO 4

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMININO NA OBRA *A FERRO E FOGO I* DE JOSUÉ GUIMARÃES

Lauren Cavichioli Quissini⁴

Mestranda em História

Graduada em História

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as representações sociais da mulher a partir de personagens femininos na obra *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, de Josué Guimarães. Justifica-se tal investigação pois, a maioria dos trabalhos realizados acerca dessa obra, são originários da área da Letras e Literatura, percebendo uma lacuna ante o olhar histórico sobre esta. Metodologicamente utilizou-se da análise de discurso e conteúdo, por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, refletindo-se as categorias de estrutura familiar, representação da mulher, conservadorismo e submissão feminina presentes na narrativa. A partir dessa análise, observou-se que as mulheres desse período, estavam inseridas em uma sociedade extremamente conservadora, a qual legitimava uma estrutura familiar baseada em posições e tarefas definidas para o homem e para a mulher. Desse modo, o estudo da obra, permitiu concluir que, embora inseridas nessa sociedade conservadora, o escritor Josué Guimarães propôs representar de forma diversa, as mulheres que compuseram a sociedade sulina rio-grandense, que por vezes desafiaram os regimentos do tecido social, o que é o caso da personagem principal, a imigrante Catarina e as prostitutas de Porto Alegre. Para além dessas, o escritor representou as mulheres de elite, com sua submissão explícita, também as escravas, as parteiras e as indígenas. Em síntese, a discussão e a ampliação de estudos sobre a formação da sociedade sul rio-grandense, mostram-se necessários para a compreensão da formação dessa região, visto que, muitos elementos ainda se fazem presentes na atualidade do Rio Grande do Sul.

⁴ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: lauren.quiss@gmail.com

Palavras-Chave: Mulheres no Rio Grande do Sul. Josué Guimarães. Representações femininas.

Abstract: This article aims to analyze the social representations of women from female characters in the work *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, by Josué Guimarães. Such an investigation is justified because most of the works carried out on this work originate in the area of Languages and Literature, noticing a gap in the historical look on this one. Methodologically, discourse and content analysis was used, through a qualitative and interdisciplinary approach, reflecting the categories of family structure, representation of women, conservatism and female submission present in the narrative. From this analysis, it was observed that the women of that period were inserted in an extremely conservative society, which legitimized a family structure based on defined positions and tasks for men and women. Thus, the study of the work allowed us to conclude that, although inserted in this conservative society, the writer Josué Guimarães proposed to represent in a different way the women who made up the Rio Grande do Sul society, who sometimes challenged the regiments of the social fabric, the which is the case of the main character, the immigrant Catarina and the prostitutes from Porto Alegre. In addition to these, the writer represented elite women, with their explicit submission, as well as slaves, midwives and indigenous women. In summary, the discussion and expansion of studies on the formation of the society of Rio Grande do Sul are necessary for the understanding of the formation of this region, since many elements are still present in the current state of Rio Grande do Sul.

Keywords: Women in Rio Grande do Sul. Josué Guimarães. Female representations.

INTRODUÇÃO

O início da colonização alemã no Rio Grande do Sul, teve como marco, o ano de 1824, com a chegada de 38 imigrantes às terras da Real Feitoria do Linho Cânamo, denominada, posteriormente, de São Leopoldo. Até 1850, a imigração alemã parece ter sido bastante irregular, apresentando oscilações numéricas, as quais resultaram numa maior leva entre 1824-1830 e uma menor quantidade entre 1847-1854. Sobretudo, o recrutamento de contingentes agricultores para as colônias sulinas, coube ao major Jorge Antônio Schaeffer, que amparando seu trabalho sob o nome de “colonização”, recrutava soldados para formar batalhões de estrangeiros para o I Império (DACANAL; GONZAGA, 1980).

Inseridas dentro da lógica da colonização, as mulheres tiveram importantes papéis sociais, fossem elas: imigrantes que junto de seus maridos trabalharam na “roça”; domésticas que cuidaram dos filhos e da casa; as escravas que trabalharam para seus amos; as parteiras que não tiveram hora para o trabalho; as prostitutas e cafetinas do mundo urbano, ou até mesmo as ricas donzelas. As representações sociais dessas mulheres, possibilitaram construir narrativas históricas por meio da

literatura, a qual realizando um diálogo interdisciplinar entre as duas áreas do conhecimento: História e Literatura, concedem o aporte para investigar o papel das mulheres na sociedade sulista do Rio Grande do Sul.

Trazendo para a narrativa ficcional presente no livro *A ferro e fogo I: tempo de solidão*⁵, de Josué Guimarães⁶, os principais protagonistas são integrantes da família Schneider, destinada à Real Fitoria do Linha Cânhamo no Faxinal da Courita, hoje, São Leopoldo. O autor, ao narrar os acontecimentos da colonização alemã no século XIX, desde a instalação em terras sulinas, aos enganos e privações a que os imigrantes ficaram sujeitos, vivenciando também a Guerra Cisplatina (1825-1828), escolheu como representação da ficção, a família Schneider, contemplada por Catarina Schneider, Daniel Abraão e seus quatro filhos, respectivamente: Philipp, Carlota, Mateus e João Jorge. Intercalando com a citada família, a narrativa sobre a representação do período também é composta pela família de Gründling, o aliciador de colonos, formada por sua esposa Sophia Spannenberger e os dois filhos do casal, Jorge Antônio e Albino, situados em Porto Alegre-RS.

O artigo apresenta, num primeiro momento, a introdução seguida pelos aspectos metodológicos e uma breve discussão acerca da interdisciplinaridade entre História e Literatura. Posteriormente, são abordados os aspectos metodológicos utilizados como base para a investigação na literatura acerca das representações femininas, teorizando o conceito de representação, visando a compreensão significativa da obra analisada. Segue com as análises das representações sociais femininas, a partir das categorias selecionadas para tal, versando sobre a imigrante Catarina, depois, a mulher de elite encontrada em Sofia; as prostitutas e, por último, as parteiras. Por fim, traz algumas considerações pertinentes ao assunto.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

⁵ A obra *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, constitui-se como o primeiro romance publicado pelo autor em 1972. Esta obra, faz parte de uma trilogia inacabada, composta por: *A ferro e fogo I: tempo de solidão* e *A ferro e fogo II: tempo de guerra*, somado ao último volume: *Tempo de Angústia*- abordaria a história dos Muckers- denominação de um grupo de fanáticos religiosos que viveu em São Leopoldo, numa localidade denominada Ferrabraz. Eles foram protagonistas de uma revolta que ocorreu a partir de 1868 (KUNZ; WEBER, 2012), o qual já esquematizado pelo autor, não pode ser concluído. Esse conjunto de obras, representam para além de sua obra prima, a composição de romances históricos clássicos da literatura brasileira.

⁶ Josué Marques Guimarães (1921-1986) era natural de São Jerônimo, município localizado no sul do Rio Grande do Sul. Em sua vida, Guimarães exerceu muitas funções, entre elas, a de político pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); jornalista de grande destaque, produtor de romances, novelas, coletâneas de artigos e de contos, literatura infantil e etc. Depois de Érico Veríssimo o autor é, sem dúvida, o escritor mais importante da história recente do Rio Grande do Sul e um dos mais influentes e importantes do país (*A ferro e fogo I*, 1972, p. 227).

Elegeu-se, aqui, como tema de estudos, a obra *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, de Josué Guimarães, escrita e publicada na década de 1970. O critério para a seleção do tema, adveio da constatação de que a maioria dos trabalhos realizados acerca dessa obra originam-se da área da Letras e da Literatura, visualizando-se uma lacuna do olhar histórico sobre o tema. A pesquisa tecida é, portanto, resultado de uma pesquisa de conclusão de curso, realizada na graduação. Diante disso, o tema carrega consigo grande viabilidade para a realização de novas pesquisas, tendo destaque para o fácil acesso à obra e, a disposição muitos materiais para compor a exploração do estudo.

Dito isto, a pesquisa apoiou-se na modalidade da análise de discurso e conteúdo, buscando a sua construção por intermédio das categorias de estrutura familiar, representação da mulher, conservadorismo e submissão feminina. A análise de discurso é utilizável para estudar as formas de fala e textos, seja quando é apresentado como material de entrevistas ou textos escritos de todo tipo. No entanto, é importante esclarecer que não existe etapas e procedimentos específicos para analisar textos, mas sim, algumas opções orientativas que são capazes de fornecer compreensões acerca do objeto estudado. Para Rosalind Gill (2008):

Os analistas de discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito- aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos, culturais aos quais os textos se referem (GILL, 2008, p. 255).

Além dos apontamentos apresentados acima, como a atenção para com os silêncios e os contextos sociais a que se inserem os discursos, Gill (2008) ressalta a essencialidade em pensar a análise em duas frentes. A primeira se refere a procurar um padrão nos dados levantados, o que resultará em mostrar formas, se houver, nas diferenças ou consistência entre as narrações. Em segundo lugar, cabe ao analista, realizar o levantamento de hipóteses sobre as narrações observadas, o que exigirá rigor a fim de produzir um sentido para os textos, mesmo quando inseridos em confusões fragmentadas e contraditórias.

Nesse sentido, a investigação é de abordagem qualitativa e interdisciplinar, pois segundo Chizzotti (2010, p. 26-28),

as pesquisas qualitativas, por outro lado, não têm um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem do pesquisador - sua concepção, seus valores, seus objetivos [...]. O pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais [...].

Abrangendo os campos tanto da História como da Literatura, esta abordagem trabalha no sentido de compreender, que as narrativas sendo históricas, literárias ou outras, constroem uma representação acerca da realidade. Sobretudo, o conceito de representação, segundo Sandra Pesavento (2006, p. 49), diz respeito a representações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento. A partir dessa simples explicação do conceito, pode-se imaginar o grau de complexidade que está incutido para se explicar uma definição sobre tal.

Para Makowiecky (2003, p. 4), utilizando as palavras de Chartier (1990, p. 108), diz que a literatura, por exemplo, é representação porque é o produto de uma prática simbólica que se transforma em outras representações. O mesmo serve para as artes plásticas, que é representação porque é o produto de uma prática simbólica. Portanto, um fato nunca é somente o fato. A representação é uma referência e temos de tomar conhecimento sobre ela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário, é em si mesmo, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.

Desse modo, é preciso perceber a produção e a recepção dos textos, entendendo que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. As práticas da leitura, assim, têm por objetivo identificar, para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler, as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais, e que colocam no centro da sua interrogação os processos, pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação (CHARTIER, 2002, p. 121).

A partir desses pressupostos, ao produzir a elaboração do conhecimento histórico, faz-se necessário considerar uma tríade composta pela escrita, texto e leitura. No que se refere à instância da escrita ou produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar

o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, seu enfrentamento ou resistência a ele (PESAVENTO, 2004, p. 69-70).

AS REPRESENTAÇÕES DAS PERSONAGENS: LITERATURA E MULHER NO SÉCULO XIX

A obra *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, possui uma narrativa dividida em três momentos, as quais intercalam-se entre si. Ora volta-se para a vida da família Schneider, a família dos imigrantes alemães; ora narra-se a família de Gründling e Sofia Spannenberger. Além desses, também aborda questões referentes às insurreições e indignações dos colonos para com o Império. Levando em consideração o espaço limitado para abordar todas as narrativas do livro que se referem as personagens femininas, serão apresentados os principais momentos onde são visualizadas as categorias selecionadas metodologicamente.

CATARINA KLUMPP SCHNEIDER: UMA MULHER DE CORAGEM

Saídos da Alemanha e destinados à feitoria do Linho Canhâmo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo, a família Schneider espera as promessas que foram dadas pela Corte. Por meio do não cumprimento dessas, Catarina e Daniel recebem uma proposta de Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, um corrupto aliciador de colonos, junto às cortes, o qual ofertou um “plano de negócios, ideia de ganhar muito dinheiro” (*A ferro e fogo I*, p. 12). Dizia Gründling que ele e seu amigo o major Schaeffer precisavam de “um posteiro de confiança para receber mercadoria desembarcada da Banda Oriental” (*A ferro e fogo I*, p. 12).

Assim, depois de feita a proposta, Daniel a recusa, enfatizando o temor e os obstáculos pelo lugar desconhecido. No entanto, por não suportar mais à espera das promessas da Corte, Catarina é quem toma a decisão de aceitar a proposta de Gründling e no mesmo momento, ela diz: “pode mandar preparar o prometido, Herr Gründling. Nós vamos” (*A ferro e fogo I*, p. 15)

Grávida de Carlota, a segunda filha do casal, Catarina aceita a proposta do aliciador de colonos, pois pensa que nada poderá ser pior do que a situação em que se encontram. Nesse sentido, a primeira impressão de uma mulher decidida e forte, a

qual sustentará mais adiante a base da estrutura familiar, é expressa nesse momento pelo autor.

A família inicia as construções de suas casas, erguem os galpões e começam o plantio para seu sustento. Há pouco tempo instalados nas terras, começam a chegar na localidade antigos amigos de Daniel Abrahão. Estes trazem carregamentos de armas em grandes quantidades. No entanto, Daniel e Catarina não haviam sido avisados por Gündling que as mercadorias levadas para suas terras seriam armas. Havia entrado em um negócio que mal conheciam. Os perigos com relação as mercadorias logo se iniciaram com a chegada dos castelhanos o que fez Catarina tomar mais uma decisão importante para salvar a pele do marido: escondê-lo dentro de um poço de água.

Os castelhanos descobriram as armas e questionavam Catarina e o índio Juanito, sobre suas procedências, se pertenciam as forças brasileiras, pois como vimos, a trama se passa a partir desse momento, durante a Guerra da Cisplatina. Os oficiais espalharam uma grande desordem pela casa, roubaram, comeram e ainda levaram algumas armas e munições das caixas nos galpões. Para além das arruaças que cometeram, Catarina foi violentada por um soldado enquanto buscava água no poço. A representação da personagem como uma mulher forte, persistente e corajosa, a qual é capaz de tudo suportar para defender sua família, é sinalizada em:

Ao tentar defender-se soltou a corda e ouviu o baque surdo do balde cheio lá embaixo. E se tivesse atingido a cabeça de Daniel Abrahão? Teria gritado se a enorme boca, úmida e grossa, não a estivesse sufocando; gritar terminaria por atrair para ali os escravos e o magote de soldados também. Seriam massacrados, inclusive as crianças. Seu vestido foi rasgado, grunhia apenas, que Daniel Abrahão poderia ouvir lá de baixo, talvez gritasse, eles descobririam o marido e o dependurariam naquele galho da figueira. Estava sendo atacada por um animal, seu corpete foi arrancado com violência, aquela boca asquerosa babando seu pescoço, os seios, mordendo os ombros com fúria. Dobrou os joelhos, a cabeça rodando, agora só a dor nas costas nuas de encontro ao areião grosso do chão [...] (*A ferro e fogo I*, p. 35)

O medo e o nojo do estuprador, não deixaram que a protagonista se abalasse, muito pelo contrário, teria a deixado mais forte. A partir daquele acontecimento, ela teria lançado as bases do seu ódio contra Gründling, e também o impulso para seguir sua vida, onde destaca:

Soqueou em pensamento a figura imaginária, cortou-lhe o rosto com as unhas, como faria um gato ou tigre, arrancou-lhe os olhos, viu as suas órbitas

vazias. Um ódio que nunca sentira em toda sua vida e que jamais imaginara pudesse ter. Pensou em Deus e pediu a Ele que a ajudasse a alimentar aquele ódio, dali para frente ele passaria a ser a razão de sua vida (*A ferro e fogo I*, p.36).

Logo após o primeiro estupro, Catarina fora violentada mais uma vez. Depois disso, a protagonista passa a assumir, mais ainda, as funções de protetora da família, doméstica, mãe e pai, juntamente com os trabalhos externos da “roça”. Daniel Abrahão ficara dentro do poço por quatro meses, e nesse período, enfurnado como um bicho, alimentando-se, dormindo e fazendo suas necessidades ali mesmo. Como já dito, Catarina assumindo todas as responsabilidades possíveis, fica conhecida como uma mulher “de faca na bota” (*A ferro e fogo I*, p. 156). Observa-se, portanto, que o autor não a reconhece como exercendo funções femininas, isto é, seu trabalho é trabalho de homem, e, portanto, não é reconhecido dentro de sua condição feminina. Nessa perspectiva, Catarina assume uma posição que não é, historicamente, o lugar de uma mulher, exacerbando os valores de uma sociedade conservadora, tanto a do século XIX, quando do período em que foi escrito, 1972.

Considerando os sofrimentos vivenciados em sua terra, Catarina faz um acordo com um soldado que ficará seu amigo, os quais trocaram suas propriedades. A família Schneider iria retomar à São Leopoldo, morariam na casa que o mesmo residira, até então. Ao chegarem na casa, Catarina diz ao marido: “A casa é pequena” (*A ferro e fogo I*, p. 118). Logo ele lhe responde: “Fomos logrados por aquele vagabundo” (*A ferro e fogo I*, p. 118). Catarina, lhe diz que Oesterich nunca havia prometido uma casa grande, mas que tudo poderia ser construído a partir dali. Daniel, mostra descontentamento e salienta que precisam de dinheiro para tal. Numa posição de domínio da situação e já acostumada por ter de “segurar as rédeas”, Catarina exprime: “Deixa isso comigo” (*A ferro e fogo I*, p. 119).

Organizando a nova morada, Catarina percebe que o Daniel Abrahão com quem havia se casado, não era mais o mesmo. Desse modo, ela teria que se virar para poder dar maior comodidade para sua família. Encontrando Isais Noll, um velho conhecido do povoado, Catarina faz uma proposta de entrar como sócia em seu negócio de fabricar carroças “os Schneider entrariam com o material e com os galpões” (*A ferro e fogo I*, p. 121). Daniel trabalharia também, pois entendia da coisa. Carregando consigo Juanito, a personagem “iniciou seus primeiros contatos com seus amigos nas colônias ao pé da serra. Queria comprar sua produção para vendê-la em

Porto Alegre e Rio Grande” (*A ferro e fogo I*, p. 121). Em seus primeiros diálogos de negócios, Catarina descobre que a maioria das pessoas vendem suas produções para Gründling, o qual possui um empório. No entanto, ela busca -lhe confrontar, pois não pensava em ficar para trás:

Dessas viagens, Catarina regressava quase sempre noite fechada, muitas vezes tendo de descobrir caminhos, perdendo-se nos atalhos, mas chegando em casa com novas perspectivas de negócios, novas esperanças. Mandou construir outro galpão, desta vez mais bem-acabado: queria instalar nele o novo empório da praça São Leopoldo (*A ferro e fogo I*, p. 122).

Ao criar uma personagem que representa a força da mulher sulina mediante a tantas dificuldades, Josué Guimarães nos apresenta através de Catarina, como o contexto histórico do século XIX concebia os trabalhos das primeiras imigrantes alemães que aqui chegaram. Para Del priori (2004, p. 241), no início da colonização no Rio Grande do Sul, havia um grande desequilíbrio entre os sexos, fazendo com que as mulheres tivessem de participar de atividades agrícolas. Esse modo de trabalho, no entanto, extrapolava os limites que eram definidos para o seu sexo. Algum tempo depois, essa maneira de gerir os trabalhos começou a ser criticada, atribuindo às mulheres, a exclusividade dos trabalhos domésticos, de mãe e dona de casa, e questionando sua participação em outros setores.

A personagem Catarina, durante toda a narrativa, lidera outras funções para além da casa, por duas motivações aparentes: a primeira porque sendo dona de uma personalidade forte, ela não permite se submeter às ordens de ninguém, nem mesmo de seu marido, que deveria ser tradicionalmente a regra; a segunda, porque Daniel Abrahão nunca foi de se arriscar com propostas e depois impossibilitou-se pelo tempo em que passou no poço de pensar nas questões familiares. Del priori (2004), afirma que as delimitações de papéis de homens e de mulheres, só foram claramente definidos quando os colonos acumularam mais riquezas. No caso de Catarina, isso não foi definido, nem quando as condições de vida melhoraram.

SOFIA SPANNENBERGER: UMA DONZELA TRANCAFIADA

Seguindo para a outra extremidade da narrativa, é em Sofia Spannenberger que se tornará ao longo da história, a esposa de Gründling, personagem em que o autor expressa situações de conservadorismo e dominação masculina diante da figura feminina, colocando-a sobre as amarras do marido, não conseguindo se impor como

um sujeito ativo, com vontades e desejos para além daquilo que o marido concebe como sendo o melhor para ela. Sua primeira aparição no romance, é expressa quando “fora largada na Rua do Passo, no centro de São Leopoldo, por alguém que pouca gente vira. Uma testemunha afirmava que o homem tinha cara de índio ou de castelhano” (*A ferro e fogo I*, p. 65). Assim, sob os cuidados do médico Hillebrand, e hospedada na casa de Frau Gerda, a qual aparece somente nesse momento da narrativa, a história do passado de Sofia fora relatada pelo médico à Gründling, e este, impressionado com a tristeza do médico, resolveu levar a menina junto de si para Porto Alegre e responsabilizar-se pela mesma.

A primeira referência a uma situação representando o conservadorismo da sociedade em que estão inseridos, somado aos sentimentos de posse, obrigatoriedade de submissão perante a autoridade masculina, bem como, o ordenamento a obediência, ficam evidentes quando Gründling descobre que sua escrava leva a menina para passear pela cidade:

Não quero mais que você saia sozinha com Mariana. Se tiver que sair, sairá comigo. Esta cidade anda cheia de vagabundos e andarilhos, índios e malfeitores. Espero que esta tenha sido a primeira e a última vez que isto aconteça. Não estou cuidando de você para que sirva de motivo para falatórios e cochichos de porta de botica- levantou-se e passou para uma cadeira de braços, a preferida de Schaeffer quando estivera em Porto Alegre. Coma o doce e venha sentar-se aqui perto. Estou falando para o seu bem (*A ferro e fogo I*, p. 85).

Situações parecidas como esta, são evidenciadas ao decorrer da narrativa. Observa-se, portanto, um desejo de que Sofia seja “sua”, a intensidade é percebida quando os dois personagens deixam se levar pela atração, momento em que se observa o estereótipo de fragilidade e doçura, relegados/permitidos somente à mulher, e a dominação/conquista, reservado ao homem:

[...] noite de fúrias e de avalanchas, de ais e suspiros, doçuras e crueldades, de posse e de conquista, de macho brutal dominando a frágil presa, a fêmea objeto e arma, dócil e irascível, noite de esgotamento e morte. O temor de que chegasse à madrugada, em cada cantar de galo um aviso. Até o fim de seus dias, quando mergulhava na solidão, a noite de Sofia se entregando vinha à tona, o seu perfume, o cheiro de carne em cio, o gosto de sua boca, os cabelos soltos desenhando arabescos no lençol impecável; sempre nos seus ouvidos a voz de menina-mulher, o desespero da entrega alucinada entre quatro paredes, a sua reafirmação de guerreiro imbatível, o desespero da entrega alucinada entre quatro paredes, a sua reafirmação de guerreiro imbatível, o desprezo pelo raiar do dia, pelo passar das horas, por tudo aquilo que estivesse acontecendo no mundo. [...] (*A ferro e fogo I*, p. 97).

Posterior a proximidade das relações entre os personagens, Gründling toma a decisão de casar-se com Sofia, almejando constituir família. Dentro do imenso casarão, a menina-mulher não tinha grandes preocupações, pois obtinha os serviços das escravas. Contudo, a interiorização dentro da casa, torna-se cada vez mais intensa, pois além de ser proibida de sair às ruas sozinha ou acompanhada das escravas, via o sol somente perto das imensas janelas de vidro. Evidenciando o desejo de sair, fala para o marido: “Sinto-me tão branca, tão sem cor. Um pouco de sol...” (*A ferro e fogo I*, p. 183). De imediato, sem deixar a esposa terminar de falar, Gründling impõe-se:

Não. Tua pele não foi feita para o sol- Passando uma das mãos de Sofia no rosto. Seria um crime. Gosto de ti assim como és. Junta as mãos assim, detesto essas peles escuras, pardas, ásperas, o que acontece com tudo que anda ao sol. Vês as minhas mãos? Repara a diferença. Basta já o que existe além da nossa porta: lixo, água estagnada nas valas, negros e mestiços, ciganos, cheiro de graxa, fedor de peixe velho (*A ferro e fogo I*, p. 183).

Para além das tomadas de decisões provenientes das imposições do marido e da situação passiva da menina-mulher, percebe-se tanto na fala anterior, como em outros momentos, o estereótipo do belo e um medo de destruição da beleza na esposa. Essas preferências ficam evidentes quando, Sofia grávida do primeiro filho é observada pelo marido, expostas no trecho:

Você fica engraçada assim nua, com a barriguinha esticada como um tambor. Como será que a pele é feita? Parece de borracha, a natureza é sábia. Quero ver quando o guri sair daí, se a pele volta a ser o que era. Há mulheres que isso não acontece, elas ficam, depois dos filhos, com a barriga cheia de rugas e pregas (*A ferro e fogo I*, p. 117).

Ao observar atentamente esse fragmento, percebe-se nas entrelinhas uma obrigação/responsabilidade, relegadas às mulheres para que sempre ficassem bonitas, conforme os padrões que determinado contexto histórico e social lhes exigia. Não obstante, aplicando tais compromissos para com as mulheres, percebe-se a existência de uma divisão daquilo que é próprio do homem e próprio da mulher, elucidado no que afirma Mary Del Priori (2014, p. 72), “ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo”. O estereótipo de beleza, refletia-se nos pressupostos

que ancoravam a sociedade conservadora do período, colocando a mulher em um patamar de fragilidade e submissão e o homem como dono do sexo dominante.

As características dadas às mulheres por Josué Guimarães, dizem respeito a importância que a aparência carregava, naquele século XIX, apontada por Mary Del Priori (2014, p. 73), como sendo a: “aparência desejável e sedutora era fundamental”. Para a autora, “Uma mulher tinha que ter pés minúsculos, seu cabelo tinha de ser longo e abundante, preso a penteados elaboradíssimos” (DEL PRIORI, 201, p. 72). Desse modo, Sofia Spannenberger, na condição de esposa de Herr Gründling, enquadra-se no padrão de donzela requintada. Seu marido, lhe enchia de joias, vestidos, chapéus e calçados caríssimos e importados. Aos olhos de um sociólogo pernambucano, mesmo que direcionando sua observação para o Rio de Janeiro, aplica-se no Rio Grande do Sul. O ato de um homem dar presentes em demasia para sua esposa, significava que:

[...] ele a trata como criança mimada, trazendo-lhe vestidos, joias e enfeites de toda a espécie; mas essa mulher não é por ele associada nem aos seus negócios, nem às suas preocupações, nem aos seus pensamentos. É uma boneca, que ele enfeita eventualmente e que, na realidade, não passa da primeira escrava da casa [...] (DEL PRIORI, 2014, p. 73).

Se comparássemos todas as narrativas do livro com a citação acima, de fato, se concluiria que Sofia era concebida por Gründling como uma boneca. Nela, ele faz uma projeção de um objeto que é seu, e estando sobre seu teto e dele dependendo, não deve ter escolhas próprias, característica do conservadorismo presente. Desse modo, também se enquadra como escrava, mas com menos liberdade que esta, pois a escrava Mariana ainda podia frequentar as feiras e ruas, Sofia não. Em síntese, os comportamentos e desejos censurados, dizem respeito à própria época que pertenciam, os papéis assumidos por mulheres deveriam ser esses, era a regra geral.

PROSTITUIÇÃO: ENTRE O CONSERVADORISMO E A REBELDIA

Dentro do contexto histórico que é o Rio Grande do Sul do século XIX, a obra *A ferro e fogo I*, trata de fazer as representações acerca dos cabarés e das prostitutas em Porto Alegre. Dominando algumas páginas na narrativa, permite-se mostrar ao leitor a interação e a relevância que esses elementos possuíam no período.

Para representar as dinâmicas sociais, bem como a importância dos cabarés, ressalta-se por meio do personagem Herr Gründling, constante frequentador do

cabaré de Izabela, as relações que os homens de negócio, isto é, os endinheirados, mantinham com a prostituição das cidades. A partir da narrativa de Josué Guimarães, constatou-se que os frequentadores desses locais além de homens de grandes posses como Herr Gründling e o major Schaeffer (cliente do cabaré de Izabela quando vinha para Porto Alegre), estavam soldados de alta e média patente, além de inspetores de colonização.

Traduzindo-se não só como um local destinado às múltiplas formas de prazer, no cabaré de dona Izabela, comemoravam-se aniversários, vitórias de guerras, nascimento de filhos e até mesmo a antecedência ao matrimônio. Mary Del Priori (2014, p. 85), apresenta o estudo do médico Dr. Lassance Cunha, intitulado “A prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro (1845)”, o qual classifica três tipos de meretrizes: as aristocráticas ou de sobrado, as de “sobradinho” ou de rótula, e as da escória. As primeiras, foram classificadas pelo médico como as de instalações bonitas, casas forradas de reposteiros e cortina, espelhos e o indefectível piano, símbolo burguês do negócio. Trazendo essa classificação do médico para próximo do livro que está sendo discutido, enquadra-se a primeira interpretação para o salão de Izabela em Porto Alegre, pois além de possuir frequentadores endinheirados, cita-se a boa música ali presente, comandada pelo cego Jacob tocando seu piano, apreciada pelos clientes.

As mulheres adotando a prostituição como profissão, eram vistas pelos homens que as procuravam, como sinônimo de erotismo e prazer, sensações que só poderiam ser sentidas com essas mulheres “perdidas”, nas palavras de Del Priori (2014, p.84). A prostituição, desse modo, entendida como uma prática de negociação consciente do próprio corpo por dinheiro ou materialidade, era exercida, no século XIX nos meios urbanos do Brasil, por mulheres imigrantes que chegavam sem trabalho, e encontravam uma fácil oportunidade de conseguir dinheiro, e também por mulatas e mucamas.

No livro *A ferro e fogo I*, Josué Guimarães, caracteriza sucintamente a aliciadora Izabela, a paraguaia dona de seu próprio negócio. As demais prostitutas do salão, são citadas algumas vezes por nomes, mas não possuem características específicas. No jantar de seu casamento, Herr Gründling convida Izabela, e a apresenta ao padre, dizendo: “Izabela Silveira, da família dos Silveiras de Viamão, gente da terra” (*A ferro e fogo I*, p. 110). Pode-se dizer, que as prostitutas mesmo que

por necessidades de suas profissões, inseriam-se no conservadorismo social, e se submetiam às exigências de seus clientes, porém, de mesmo modo, elas significavam rebeldia, pois não se encaixavam no modelo tradicional da família sulina conservadora; bem como, não dependiam de dinheiro de seus maridos, mas sim, tiravam dinheiro dos homens para sobreviverem. Além disso, a prostituta, mesmo que “associada à sujeira, ao fedor, à doença, ao corpo putrefato, desde os tempos da Colônia, o retrato colaborava para estigmatizar como venal tudo o que a sexualidade feminina tivesse de livre” (DEL PRIORI, 2014, p. 89).

Nesse sentido, a busca de prazer, acabava envolvendo as mulheres do sexo, no mundo dos negócios que estava tradicionalmente ligado aos homens, pois como já dito antes, os cabarés eram procurados por diversos motivos. Assim, encurtando as distâncias entre o que significava o mundo masculino e o feminino, a prostituição, especificamente no salão de Izabela, significava um rompimento da idealização de mulher frágil, inocente e, principalmente, submissa na sociedade sulina do Rio Grande do Sul, no século XIX.

UMA PROFISSÃO RESERVADA À MULHER: O PARTO

A profissão de parteira, historicamente, fora associada como pertencente ao ambiente doméstico, e por isso, reservada às mulheres. As parteiras, eram sujeitos dotadas de responsabilidades, pois além de cuidar do parto, “na maioria das vezes, cuidavam também da saúde da mulher, do pré-natal e puerpério, das doenças femininas, dos aconselhamentos e orientações quanto à fertilidade, assim como dos cuidados com o recém-nascido” (FIGUERÔA; PALHARINI, 2018, p. 104). Como a presença de médicos para resolver questões relacionadas à maternidade, não se constituíam como comuns:

Desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e ancestrais, resgatavam à saúde (DEL PRIORI, 2011, p. 75).

Em sua narrativa, Josué Guimarães insere às parteiras Frau Apolinária “parteira” (*A ferro e fogo I*, p. 196) e Frau Hortênsia Linck, caracterizada como uma “velha parteira das famílias endinheiradas” (*A ferro e fogo I*, p. 123), constituindo-se como o único momento onde há referência a elas. As duas parteiras aparecem na

ficção, respectivamente, quando do nascimento de João Jorge, filho de Catarina e Daniel Abraão, e de Albino, filho de Sofia e Gründling. Entretanto, as duas parteiras, embora inseridas em uma sociedade conservadora, situam-se como protagonistas de um papel histórico, que nenhum homem até aquele momento era capaz de fazer ou lhes tirar. Quando as mulheres estavam parindo, não medindo distâncias, as parteiras percorriam o caminho a pé ou a cavalo para que pudessem atender as parturientes, o que fica comprovado no trecho: “A chuva havia passado, disse que não queria a companhia de ninguém, Emanuel que ficasse ali, iria embora sozinha, isso fazia parte da sua profissão, estava acostumada” (*A ferro e fogo I*, p. 197).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui mostrar um pouco sobre a dimensão significativa existente com relação as representações literárias, no que tange a permissão das mesmas para a compreensão de valores e características de contextos, definidos pelo tempo e pelo espaço. As representações que a literatura cria, abarca uma visão diferente do ponto de vista histórico. Enquanto a Literatura resgata sujeitos e contextos históricos, transformando-os em uma história ficcional contemplando alguns elementos que existiram, a História produz uma narrativa concentrada nas fontes de pesquisa, situando o narrador a um compromisso com o relato, não o permitindo fantasiar determinada história. A Literatura, assim, produz uma história com novas perspectivas, fornecendo uma renovação na interpretação de determinados contextos, que por vezes encontram-se fartos diante da narrativa histórica.

Através das personagens criadas pelo autor, as imigrantes, as escravas, as índias, as mulheres da elite, as parteiras e as prostitutas, possibilitou-se tecer a construção da sociedade sulina no século XIX, tendo destaque para as diferenças entre a vida urbana e rural. As representações sociais femininas, foram edificadas no livro pelas profissões e personalidades que detinham. Por esse ângulo, observou-se que as mulheres desse período, estavam inseridas em uma sociedade extremamente conservadora, a qual legitimava uma estrutura familiar baseada em lugares e tarefas definidas para o homem e para a mulher. Além disso, pregava-se a submissão feminina às ordens da figura masculina, bem identificada na relação de Gründling e sua esposa Sofia.

Para além das demonstrações do conservadorismo existente na época, Josué Guimarães ressaltou sua perspectiva para as mulheres que não aceitavam viver na condição que lhes era imposta. Nesse caso, a personagem Catarina é a representação principal desse desafio. A imigrante que exerceu desde o início da narrativa um lugar reservado aos homens. Corajosa, decidida e persistente, Catarina nunca se submeteu a figura do marido, mas o contrário.

A prostituição, assim como a personagem acima, também se referiu a uma forma de rebeldia diante dos regimentos conservadores. Mesmo que as prostitutas tivessem de se submeter às ordens masculinas no momento do trabalho, elas não necessitavam da submissão financeira, a qual a maioria das mulheres estavam sujeitas. Além disso, elas não se enquadravam na estrutura familiar observada. Livres e donas de seus corpos, elas podiam ter quantos homens quisessem, invertendo aquilo que era reservado as figuras masculinas e, sobretudo, naturalizado.

Cabe destacar ainda, a importância das parteiras. Uma profissão, exercida, principalmente nas localidades de interiores e de longas distâncias, por mulheres. Essas, possuíam a responsabilidade da vida e da morte, não importando as condições climáticas que reservavam seus serviços. As parteiras mesmo que poucas vezes citadas, ganharam na narrativa de Josué Guimarães, grande relevância, manifestando a autonomia feminina na representação de um trabalho que só posteriormente foi transferido aos homens (médicos).

Desse modo, a discussão e a ampliação de estudos sobre a formação da sociedade sul-rio-grandense, mostram-se necessárias para a compreensão da formação dessa região. Em parte, muitos elementos ainda se fazem presentes na atualidade do Rio Grande do Sul, evidenciadas pelo conservadorismo, imposição às mulheres ao ambiente doméstico, preconceitos diante das diversidades das composições familiares (principalmente homoafetivas), mesmo que ressaltando suas dimensões. A procura por respostas, deu lugar apenas a considerações parciais, abrindo um leque de possibilidades para maiores investigações, a exemplificar, uma análise do segundo livro (*A ferro e fogo II: tempo de guerra*) da trilogia inacabada de Josué Guimarães. Nesse sentido, a interdisciplinaridade entre História e Literatura, podem contribuir para uma análise inédita da temática, de um período histórico mais adiante.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa em ciências humanas e sociais. In: CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 19-32.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Orgs). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 9-46.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias Íntimas**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014, p. 13-101.

_____. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 66-97.

FIGUERÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça; PALHARINI, Luciana Aparecida. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **História, Ciência, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1039-1061, out/dez. 2018.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 244-267.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo I: tempo de solidão**. 15. ed. Porto Alegre: L&PM, 2006.

KUNZ, Marinês Andrea; WEBER, Roswithia. O movimento Mucker e suas relações com a igreja católica e a protestante. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, dez. 2012.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 57, dez. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações: uma trajetória. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.

_____. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CAPÍTULO 5

TRAJETÓRIAS DE DONAS SERTANEJAS: NEGÓCIOS ENTRE MULHERES PROPRIETÁRIAS NO CONTEXTO ESCRAVISTA EM SERRINHA – BAHIA (1868-1888)

Ana Paula Carvalho Trabuco Camelier

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Bahia e Doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) na Universidade Federal da Bahia. Endereço eletrônico: ana_trabuco@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto é parte integrante da dissertação de mestrado defendida em 2008, no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA), no qual o estudo está relacionado às relações escravistas em Serrinha, localidade do nordeste baiano, em fins do século XIX. No decorrer da pesquisa, foi perceptível o número considerável de mulheres que declararam propriedades, após a Lei de Terras de 1850, e algumas delas com um número significativo de posses, o que ocasionou uma maior necessidade em discutir aspectos relacionados a esses dados. Nomes como os de Anna Maria Moreira de Oliveira e sua filha Maria Moreira da Apresentação Carneiro (conhecida como “Sinhá do Saco”), donas de muitas terras e escravizados, numa localidade em que predominava a pequena propriedade e a escassez de alimentos e água, podem nos proporcionar reflexões sobre relações de poder, gênero e família no contexto final dos oitocentos, Sertão dos Tocós. Através das fontes utilizadas, pudemos traçar trajetórias de mulheres da elite local que assumiram os papéis de chefes de suas famílias, seja por meio do comércio de escravizados, principalmente com outras mulheres, ou com a liderança para a tomada de decisões sobre suas posses, mesmo diante de um contexto adverso para elas, no qual essas atividades eram predominantemente masculinas.

Palavras-chave: Mulheres, sertão, posses.

Abstract

The present text is part of the master's degree dissertation defended in 2008 at the Multidisciplinary Postgraduate Program in Ethnic and African Studies (UFBA), in which the study is related to slave relations in Serrinha, a locality in northeastern Bahia, at the end of the XIX century. In the course of the research, the considerable number of women who declared property after the Land Law of 1850, and some of them with a significant number of possessions, was noticeable, which led to a greater need to discuss aspects related to these data. Names such as those of Anna Maria Moreira de Oliveira and her daughter Maria Moreira da Apresentação Carneiro (known as "Sinhá do Saco"), owners of many lands and slaves, in a locality where small property and the scarcity of food and water predominated, can provide us with reflections on power relations, gender and family in the context of the late eighteenth-century Sertão dos Tocós. Through the sources used, we were able to trace the trajectories of women of the local elite who assumed the roles of heads of their families, whether through the slave trade, mainly with other women, or with the leadership to make decisions about their possessions, even in the face of an adverse context for them, in which these activities were predominantly male.

Key words: Woman, sertão, ownership.

O contexto no qual evidenciamos trajetórias de donas sertanejas é a Freguesia de Sant'Anna da Serrinha, localizada a 175 km de Salvador, sertão baiano, mais precisamente, Sertão dos Tocós (cujo nome está relacionado a um grupo de indígenas que teriam sido expulsos do litoral e migrado para o Sertão). Ao Sertão dos Tocós também fazia parte as localidades de Tucano, Conceição do Coité, Araci, Queimadas e Riachão do Jacuípe. A Freguesia da Sant'anna da Serrinha foi criada pela Lei de 1º de junho de 1838, interligada ao município de Purificação dos Campos (atual Irará), no qual também estavam anexos Coração de Maria, Coração do Jesus do Pedrão e Ouriçangas. Em 13 de Junho de 1876, a localidade foi elevada à categoria de Vila pela resolução provincial nº 1609 de 13 de junho do mesmo ano.

O recorte de fins do século XIX correspondia a um momento de crise do escravismo, intensificado com o aumento da resistência de escravizados, através de fugas, formação de Quilombos e conquista de suas alforrias. Em Serrinha, a pequena propriedade de terras e de escravizados era predominante, o plantio de cereais, fumo, algodão e mandioca, especialmente para a comercialização com Alagoinhas, Feira de Santana e Salvador, além da criação de gado, faziam parte do cotidiano da localidade.

As dificuldades da vida no Sertão eram muitas, e a seca deixava um rastro de calamidades. De acordo com as Correspondências entre a Câmara e o Presidente da Província, entre 1870 e 1888, Serrinha passava por momentos difíceis com o gado

perecendo, falta de água, escassez de alimentos e dificuldades para a migração da população, devido aos obstáculos para a locomoção naqueles tempos. Foram contabilizados aproximadamente 10 pedidos de auxílio das autoridades locais sem retorno do governo da Província da Bahia⁷.

A temática desse texto é resultado dos estudos referentes à dissertação de mestrado defendida em 2008 pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, na qual a abordagem central era o cotidiano, família e alforria de escravizados em Serrinha. Através dos diálogos entre os documentos, especialmente os Registros Eclesiásticos de Terras, Cartas de Alforria, Registros de Compra e Venda de Escravos e os Registros Paroquiais (casamentos, batismos e óbitos), pudemos analisar dados que elucidaram parte das características do cotidiano da Freguesia, como poder, família escrava, doenças entre escravizados e atividades econômicas. Um dos aspectos que nos chamou atenção, durante o processo da pesquisa, foi a quantidade de mulheres que haviam declarado terras, entre 1857/58, cujos dados ilustraremos adiante.

De acordo com o Censo de 1872, Serrinha possuía um total de **3.726** habitantes, sendo que **2.987** era o número correspondente à população livre e **739** eram escravizados. Foram contabilizadas 1.261 mulheres livres e 354 mulheres escravizadas, ou seja, havia na localidade uma aparente equivalência entre os sexos nas populações de ambas as condições jurídicas⁸. Ainda de acordo com os dados do Censo de 1872, entre a população livre, 42,1% era composta por pretos (821 homens e 437 mulheres), 33% eram pardos (522 homens e 461 mulheres) e 12,7% eram brancos (120 homens e 261 mulheres). Já entre os escravizados, 52% eram pardos (285 homens e 99 mulheres) e 48% eram pretos (100 homens e 255 mulheres).

Como já mencionado, em Serrinha havia predominância da pequena propriedade de terra, a policultura e criação de gado. Nesse contexto, percebemos que pequena parcela da população possuía alguma fazenda, sítio ou escravizados. Nos Registros Eclesiásticos de terras encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia, contabilizamos um total de **360** declarações, das quais 240 foram adquiridas por compra, 84 por herança, 26 por doação, 2 por dote e 8 sem registro sobre sua origem⁹. De acordo com Lígia Osório Silva, a Lei de Terras representou um

⁷ APEB: Correspondências entre a Câmara de Serrinha e o Presidente da Província da Bahia, maço 1443.

⁸ Fonte: <https://archive.org/details/recenseamento1872ba>. Último acesso em: 13/03/2021. Censo de 1872.

⁹ APEB – Registros Eclesiásticos de Serrinha (1857-1860)

instrumento para a legalização de novos latifúndios, dificultando o crescimento de pequenas propriedades (SILVA, 1996). Já Vera Lúcia Amaral Ferlini apontou que a predominância dos latifúndios não impediu a formação das pequenas propriedades, apesar do acesso restrito à terra (FERLINI, 1989).

No sertão, assim como em todo o Império brasileiro, a posse de terras poderia estar diretamente associada ao mandonismo local, ao reconhecimento social e político de poder, também associado à quantidade de dependentes ao seu redor. Para Erivaldo Fagundes Neves, os senhores de terras constituíam um segmento social com acesso ao poder político que emanava da propriedade agrária (NEVES, 1998). O sertão também se constituía enquanto espaço para negociações e conflitos entre senhores e dependentes, apesar da provável predominância das relações de caráter paternalista. Segundo Elisangela Ferreira, no sertão baiano, tais relações reforçava a importância dos laços pessoais entre os fazendeiros de prestígio e seus agregados. A autora reforçou que muitos indivíduos souberam analisar suas possibilidades dentro das malhas do poder local, possibilitando negociações importantes para a sobrevivência (FERREIRA, 2005).

Voltemos aos dados dos Registros Eclesiásticos de Terras: a maioria das propriedades foram adquiridas através da compra, representando cerca de 66% do total das posses registradas. Além disso, constatamos o que possivelmente seria a realidade de todo o Sertão dos Tocós: a prevalência de pequenos proprietários de terras e escravizados. Após análise dos registros encontrados, percebemos que foram, ao todo, 139 pessoas que declararam alguma propriedade de terra na localidade¹⁰. Dentre esse total, havia em Serrinha 82 indivíduos que declararam a posse de apenas uma propriedade, o que correspondia a cerca de 59%; 20 pessoas declararam 2 propriedades e 3 registraram a posse de mais de 8 propriedades de terras (2,7%).

Os dados acima possibilitam verificar que, entre a população livre de Serrinha, apenas cerca de 4,6% declararam possuir alguma propriedade de terra, e, adicionando informações dos registros de compra e venda de escravos, cartas de alforrias, além dos registros paroquiais, percebemos que, em torno de 10% da população livre local tinha algum escravizado. Ou seja, mesmo que esses dados

¹⁰ É provável que alguns proprietários não declararam suas posses, mas vamos seguir os dados presentes apenas nos registros, já que não conseguimos encontrar inventários para esse período.

estejam possivelmente incompletos, pois não possuímos análises de documentos como os inventários e testamentos, em Serrinha, assim como em todo o Império, a posse de terras e escravizados era um caminho alcançado por poucos, e que, muitas vezes, significava domínio, poder e ascensão social.

Das 139 pessoas que declararam terras, 22 eram mulheres, o que correspondia a pouco mais que 15% dos declarantes. Das 360 propriedades declaradas, 77 foram vendidas ou doadas por mulheres, levando em consideração apenas as declarações que não tinham os nomes dos esposos. Um exemplo foi o de Anna Maria Moreira de Oliveira, viúva do Alferes José da Silva Carneiro, que declarou 21 propriedades por compra e 1 por herança, sendo que uma dessas propriedades, referente à localizada na fazenda Caatinga, foi vendida por Manoel de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes, o Conde da Ponte.

É importante salientar que, inseridas na sociedade de fins do século XIX, muitas dessas mulheres, mesmo que majoritariamente pertencessem a grupos da elite local ou ligados a eles, possivelmente encontraram dificuldades em seu cotidiano, ao assumir o controle de suas vidas e dos negócios da família. A maioria dessas mulheres eram viúvas que assumiam esses negócios após a morte de seus maridos, podendo representar maior independência sobre suas decisões. Idas Lewkowics e Horácio Gutiérrez, ao estudar viúvas em Minas Gerais, salientou que tal independência são significaria necessariamente que essas mulheres estivessem mais realizadas, pois, muitas delas eram jovens, com filhos pequenos e ainda se tornavam administradoras dos bens do casal (LEWKOWCS e GUTIÉRREZ, 1997). De certa forma, podemos pensar que essas mulheres também representaram resistência, mesmo que, para a maioria delas, não haveria uma outra possibilidade de escolha a não ser assumir as decisões sobre suas propriedades de terras, escravizados e demais agregados.

O casamento era, no século XIX, uma importante estratégia de manutenção de domínio, poder e ascensão social. Antônio José de Araújo, na obra *A família de Serrinha*, descreveu parte daqueles que seriam as primeiras famílias locais: os Apollinários, Afonsos, Mottas, Santhiagos, Carneiros, Mayas, Oliveiras e os Silvas relacionavam-se entre si, segundo o autor, através de laços de amizade e casamento, destacando as heranças de Bernardo da Silva, considerado o primeiro morador da região dos Tocós e que gerou a descendência de tais famílias que compunham a elite

de Serrinha. Assim, o modelo da “família serrinhense” era marcado por casamentos entre parentes, sendo, em sua grande maioria, entre primos-irmãos. O exemplo maior teria sido o de Bernardo da Silva, patriarca cercado de muitos filhos, netos, parentes e escravizados (ARAÚJO, 1926).

No censo de 1872, como já mencionado, constava que a população livre era representada por 2.987 indivíduos, sendo 1726 homens e 1261 mulheres. Desse total, apenas 545 homens livres eram ou já haviam sido casados, representando 31,5%. O número de mulheres casadas e viúvas era de 312, contabilizando 24,7%. Apesar dos números de casamentos oficiais entre a população livre serem inferiores à população escrava (entre os homens escravizados, 39,8% e mulheres, 45,7%), podemos constatar que os matrimônios celebrados na Igreja não eram tão comuns, principalmente entre as populações mais pobres.

Além de Anna Maria Moreira de Oliveira, que havia declarado um total de 22 propriedades de terras, e sua filha, Maria Moreira da Apresentação Carneiro, conhecida como a “Sinhá do Sacco” e viúva de Manoel José Vieira, outras mulheres sertanejas também estiveram envolvidas em transações comerciais nesta localidade do Sertão dos Tocós.

Maria Moreira da Apresentação Carneiro declarou como propriedade 4 posses na Fazenda Sacco do Moura, talvez essa seja a razão para a designação de “Sinhá do Sacco”, todas adquiridas por compra. Além da realização dos registros de suas propriedades de terras, a “Sinhá do Sacco” comprou, entre 1868 e 1888, 2 escravizados (Francisco e Eugênia) e vendeu 4 (2 com o mesmo nome, Benedicta, Tereza e Francisca), alcançando, ao final das negociações, o montante de 900 mil-réis. Nas cartas de alforria encontradas, constavam que 2 escravizados que pertenciam à mesma Sinhá compraram suas manumissões: Francisco e João – dois homens, jovens e com alguma especialidade, eram ferreiros. João pagou 500 mil-réis e Francisco 550 mil-réis por suas alforrias, e, como não existe registrada nas cartas nenhuma outra informação adicional, Maria Moreira da Apresentação Carneiro conseguiu um total de 1 conto e 50 mil-réis. A presença de escravizados com alguma especialidade, a exemplo de João e Francisco, demonstra a possível complexidade e diversidade dos trabalhos em suas propriedades na fazenda Sacco do Moura¹¹. Com

¹¹ Fontes: AFMS: Registros de compra e venda de escravos (1870-1888) e Cartas de Alforrias (1870-1888).

o diálogo entre os documentos pesquisados, constatamos que a mesma senhora possuía cerca de 23 escravizados, sendo considerada uma das maiores donas da Freguesia.

Um dado interessante é que, ao observar nos registros de compra e venda de escravos que envolviam mulheres, percebemos que, em todos os casos encontrados, elas comercializavam entre si. Observem o quadro abaixo:

QUADRO 1: MULHERES E COMERCIALIZAÇÃO DE ESCRAVIZADOS EM SERRINHA (1872-1886)

DATA	NOME	OCUPAÇÃO	VENDEDORA	COMPRADORA	PREÇO
15/04/1872	Francisco	Ferreiro	Joanna Francisca de Oliveira	Maria Moreira da Appresentação Carneiro	850 mil- réis.
25/06/1872	Antônio	Ferreiro	Joanna Francisca de Oliveira	Maria da Assumpção de Lima	850 mil- réis
12/04/1877	Benedicta	Lavoura	Maria Moreira da Appresentação Carneiro	Anna Francisca de Oliveira	500 mil- réis
14/05/1877	Benedita	Lavoura	Maria Moreira da Appresentação Carneiro	Joanna Francisca de Oliveira	400 mil- réis
02/08/1877	Agripino	Ferreiro	Anna Francisca de Oliveira	Anna Laura de Araújo	850 mil- réis
18/03/1879	Tereza	Lavoura	Maria Moreira da	Joanna Francisca de Oliveira	700 mil- réis

Coletânea Interdisciplinar do Conhecimento - Volume 1

			Appresentação Carneiro		
30/03/1880	Joaquina	Lavoura	Joanna Francisca de Oliveira	Anna Francisca de Oliveira	300 mil- réis
31/03/1880	Francisca	Lavoura	Maria Moreira da Appresentação Carneiro	Maria da Assunção de Lima	800 mil- réis
19/08/1882	Reginalda	Lavoura	Joaquina Francisca de Jesus	Anna Laura de Araújo	500 mil- réis
28/09/1883	Eugênia	Lavoura	Maria da Assumpção de Lima	Maria Moreira da Apprezentação Carneiro	650 mil- réis
05/07/1884	Valentina	Lavoura	Anna Francisca de Oliveira	Maria da Assumpção de Lima	250 mil- réis
18/06/1885	Bento	Ferreiro	Anna Francisca de Oliveira	Anna Laura de Araújo	850 mil- réis
22/08/1886	José	Lavoura	Joaquina Francisca de Jesus	Anna Laura de Araújo	400 mil- réis
14/10/1886	Raimunda	Lavoura	Anna Francisca de Oliveira	Maria da Assumpção de Lima	600 mil- réis

Fonte: AFMS: Registros de compra e venda de escravos (1870-1888).

Em 14 dos 41 registros de compra e venda de escravos encontrados, eram as mulheres que estavam à frente das negociações, tanto na venda quanto na compra,

e, assim como no caso de Maria Moreira, mulheres negociaram entre si. Após todas essas negociações, D. Joanna Francisca de Oliveira, por exemplo, alcançou um montante de 950 mil-réis, uma quantia razoavelmente alta. Possivelmente, em contexto pouco propício para mulheres negociantes, seria mais fácil que os acordos comerciais tenham sido realizados entre iguais.

Não encontramos registros de terras em nome de D. Joanna Francisca de Oliveira, nem do seu cônjuge, o Coronel Antônio Cardoso Ribeiro, que apareceu como falecido no registro de compra de Benedicta, em 14/05/1877. O casal foi padrinho de duas crianças filhas de escravizadas: Maria, filha de Ritta, escravizada de Manoel Cardoso Ribeiro, em 15/08/1868 e da pequena Firmina, filha de Isidora, escravizada de José Carneiro da Silva Ribeiro, em 01/12/1872; D. Joanna ainda apareceu como madrinha de uma outra filha de Isidora, em 13/07/1879¹². Através dos sobrenomes dos senhores de Ritta e Isidora, podemos supor que ambos possuíam algum vínculo de parentesco com o Coronel Antônio Cardoso e D. Joanna, o que nos possibilita pensar numa rede de sociabilidades dessas escravizadas com membros da casa senhorial, podendo ser de grande serventia em momentos de dificuldades. De acordo com Jackson Ferreira, “nessa relação de poder assimétrico, os dependentes tinham que pensar em alternativas para enfrentar às constantes ameaças à manutenção e sobrevivência de suas famílias” (FERREIRA, 2018, p. 203) e o estabelecimento de laços com pessoas consideradas importantes do ponto de vista político ou econômico poderia ser uma estratégia vital para essas famílias. Por outro lado, o apadrinhamento de filhos de escravizados, libertos ou demais dependentes também era importante para senhores e senhoras do sertão, afinal, quanto maior o número de apadrinhados/agregados, maiores as possibilidades de exercer domínio sobre determinada localidade.

D. Anna Francisca da Silva, após o falecimento do marido José Ferreira de Oliveira, herdou 9 propriedades, todas registradas no ano de 1857: 3 na Fazenda Dois irmãos, 1 na Fazenda Lagoa do Boi, 1 na Fazenda Serra Grande, 1 na Fazenda Pedra, Fazenda Terra Nova, Socarão e Carrapato. O Sítio Vargem, localizado na Fazenda Dois irmãos, foi vendido pela mesma Anna Francisca para o seu cunhado, Antônio Ferreira de Oliveira. Ela também herdou do falecido marido os escravizados Justina,

¹² ASAFSA: Registros de Batismos de Serrinha (1868-1888).

Thomás e Virginio. Não sabemos, para além da venda do sítio Vargem, quais as ações de D. Anna Francisca para a administração dos bens herdados, pois não foram encontrados mais rastros nos documentos.

Apesar de não ter encontrado registros de terras em seu nome, Ludovina Francisca dos Santos merece destaque por possuir cerca de 12 escravizados numa localidade em que havia uma predominância de senhores com 1 ou 2 cativos. Encontramos 7 escravizados de Ludovina nos Registros de casamentos e batismos, sendo que 2 casais foram formados, possivelmente, diante das relações que tiveram no ambiente de trabalho – Manoel e Maria; Camillo e Maria se casaram oficialmente perante a Igreja Católica e ambos pertenciam à senhora Ludovina; Cassiana batizou sua filha, Albina, em 02/08/1885; Virgínia, Justino e Juliana apadrinharam filhos de escravizados de outros senhores. Na carta de alforria de Eusebio, 25 anos, em 1882, constava a informação de que os procuradores de Ludovina Francisca dos Santos teriam recebido a quantia de 6 contos e 80 mil-réis para a libertação de seus escravizados, sendo o mesmo Eusebio avaliado pela quantia de 1 conto de réis¹³. Os documentos não mencionaram o estado civil da referida senhora, mas, certamente, caso fosse viúva, essa informação constaria em algum deles. A presença de procuradores nas informações presentes na carta de alforria de Eusebio nos leva a crer que Ludovina fosse analfabeta, realidade muito comum na sociedade sertaneja do século XIX. O fato é que a senhora Ludovina Francisca dos Santos era, de acordo com a documentação pesquisada, dona de, no mínimo, uma importante quantia, representando, assim, uma percentagem muito pequena, incluindo os homens brancos, dentro da realidade da Freguesia de Sant'Anna da Serrinha.

Outra dona que não encontramos na documentação o seu estado civil foi Senhorinha Constança de Oliveira. Ela registrou 8 propriedades, 5 delas localizadas na Fazenda Junco de Dentro e 3 na Fazenda Pombal. A mesma Senhorinha também foi encontrada nos registros de batismos como senhora da escravizada Josepha, que teve 3 filhos, João, Lino e Joviniano, entre 1878 e 1882, nos quais os registros não constavam nome do pai. Constança apadrinhou 4 filhos de escravizados: em 04/05/1873, foi madrinha de Claudiana, filha de Jovita, escrava de Joaquim Ferreira de Oliveira; Germana, filha de Josefa Maria de Jesus e Silvestre, escravo de José Ferreira da Araújo, em 01/01/1876; Lourenço, filho de Maria, escrava de Tertulino

¹³ Fontes: Registos de Casamentos e Batismos (ASAFSA); Cartas de Alforria (AFMS).

Ferreira de Oliveira, em 31/12/1876 e Sophia, filha de Francisca, escrava de José Thomé de Oliveira, em 23/09/1883.

É perceptível que, ao analisar os registros de casamentos e batismos referentes à Freguesia de Serrinha, notamos que, quanto mais posses um senhor ou senhora possuíam, menos eles apareciam nos apadrinhamentos relacionados a escravizados (seja nos casamentos ou nos batismos de seus filhos). Esses foram os casos, por exemplo, de Maria Moreira da Apresentação Carneiro e Ludovina Francisca dos Santos, senhoras de um número considerável de escravizados, e que não apareceram nessa documentação enquanto madrinhas ou testemunhas de relações envolvendo cativos.

Após sua morte, D. Francisca Maria de Jesus deixou 22 propriedades que foram divididas entre seu marido e seus 2 filhos, em 1857. Além dessas terras, também encontramos um registro de compra da Fazenda Serra Grande, pertencente a D. Francisca e que foi adquirida por Antônio Manoel de Oliveira. Vejam como suas posses foram distribuídas:

QUADRO 2: REPARTIÇÃO DAS POSSES DE FRANCISCA MARIA DE JESUS

NOME DO EMPOSSADO	NOME DA FAZENDA	GRAU DE PARENTESCO
Maria José Martins Valverde	Vargem Velha	Filha
Maria José Martins Valverde	Candeal	Filha
Maria José Martins Valverde	Rosário	Filha
Maria José Martins Valverde	Dois Irmãos	Filha
Maria José Martins Valverde	Lagoa do Boi	Filha
Maria José Martins Valverde	Retiro	Filha
Maria José Martins Valverde	Tamboata	Filha
Maria José Martins Valverde	Pedra	Filha
José Martins Valverde Filho	Carrapato	Filho
José Martins Valverde Filho	Tamboata	Filho

José Martins Valverde Filho	Dois Irmãos	Filho
José Martins Valverde Filho	Pedra	Filho
José Martins Valverde	Pedra	Esposo
José Martins Valverde	Carrapato	Esposo
José Martins Valverde	Rosário	Esposo
José Martins Valverde	Lagoa do Boi	Esposo
José Martins Valverde	Serra Grande	Esposo
José Martins Valverde	Pedra	Esposo
José Martins Valverde	Terra Nova	Esposo
José Martins Valverde	Dois Irmãos	Esposo
José Martins Valverde	Dois Irmãos	Esposo
José Martins Valverde	Tamboata	Esposo

Fonte: APEB – Registros Eclesiásticos de Terras – Serrinha (1857-1860)

Já que a morte de D. Francisca Maria de Jesus ocorreu anos antes do contexto central de nossa análise, não pudemos entender sobre sua possível causa, de quem ela herdou essas propriedades ou se até mesmo ela as comprou. Contudo, o caso é importante porque possibilita pensar que algumas mulheres também poderiam interferir no cotidiano da Freguesia através da distribuição de riquezas, mesmo que tenha sido, nesse caso, após seu falecimento. Aqui, D. Francisca, ao invés de herdar as posses do marido, ao contrário, contribuiu para o aumento dos bens de José Martins Valverde que, além das fazendas herdadas, também era tutor de seus filhos, José Martins Valverde Filho e Maria José Martins Valverde, administrando, assim, todo o patrimônio agrário deixado por sua esposa (essas informações constam nos registros de terras). Sob o domínio do esposo de D. Francisca, também encontramos a escravizada Juliana, que batizou 3 filhos em 1876, 1879 e 1880, porém, não sabemos se ela teria sido uma das heranças deixadas pela falecida em nome de José Martins.

Os exemplos citados, apesar de serem considerados de pouca relevância diante do número de mulheres envolvidas com os registros de terras e escravizados, nos possibilita demonstrar que, além de estarem envolvidas em atividades associadas majoritariamente aos homens, em contexto adverso para elas, século XIX, essas mulheres, viúvas ou não, assumiram os interesses da família, negociaram entre si, e algumas também estiveram ligadas em laços, especialmente através do apadrinhamento, com escravizados em Serrinha. Mulheres, donas e sertanejas que, inseridas ao ambiente da elite local, tentaram enfrentar os diversos obstáculos ao assumirem a administração de suas vidas e do patrimônio familiar. As dificuldades seriam postas tanto pelos homens brancos que, possivelmente, questionavam suas decisões e atrapalhavam negociações, quanto por dependentes e escravizados, que, certamente sabiam perceber nos momentos difíceis possibilidades para alcançar objetivos como a compra de suas alforrias, por exemplo.

FONTES UTILIZADAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB):

- Registros Eclesiásticos de Terras da Freguesia de Serrinha (1857-1860).
- Correspondências da Câmara de Serrinha para o Presidente da Província da Bahia (1870-1888).

ARQUIVO DA SECRETARIA DO ARCEBISPADO – FEIRA DE SANTANA

- Registros de Batismo (1868-1888).
- Registros de Casamento (1868-1888).

ARQUIVO DO FÓRUM MUNICIPAL LUÍS VIANA FILHO – SERRINHA

- Registros de Compra e Venda de Escravos (1870-1888).
- Cartas de Alforria (1870-1888).

CENSOS

- <https://archive.org/details/recenseamento1872ba>. Último acesso em: 13/03/2021.
Censo de 1872.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Antônio José de. *A família de Serrinha*. Serrinha: Typografia “O serrinhense”, 1926.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA*, Salvador, n. 32, 2005, p. 185-218.

FERREIRA, Jackson. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. Salvador: Eduneb, 2018.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. *Caminhos da Liberdade: a escravidão em Serrinha-Bahia (1868-1888)*. Dissertação de Mestrado (Pós-Afro). Universidade Federal da Bahia. 2008.

LEWKOWICS, Ida e GUTIÉRREZ, Horacio. As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do curso de pós-graduação em História*. Franca, v.4 nº 1, p.129-146, 1997.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Feira de Santana:UEFS, 1998.

SILVA, Lúcia Osório. A apropriação territorial na Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA, Sérgio. (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

AUTORES

Ana Paula Carvalho Trabuco Camelier

Possui Graduação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Bahia), fez Mestrado e atualmente cursa Doutorado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) na Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora de História do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social pela UFF e Professor Associado II na UFPA.

João Paulo Pereira Duarte

Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Unesp/Franca, MBA em gestão Pública pela Cruzeiro do Sul, Licenciado em Geografia e Engenheiro Agrônomo pela FAFRAM. Atualmente é docente na ETEC Laurindo Alves de Queiroz em Miguelópolis e na ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior em Franca.

Lauren Cavichioli Quissini

Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: lauren.quiss@gmail.com

Maria da Consolação Costa Mesquita

Graduada em Gestão Empresarial (UVA); Pós-graduada em Auditoria, Planejamento e Gestão em Saúde (GIANNA BERETTA); Pós-graduada em Gestão de Pessoas e a Educação Corporativa (UNOPAR); Pós-Graduanda em Tutoria EAD e Docência do Ensino Superior (FACUMINAS); Graduanda em Pedagogia (UEMA).

Nauany dos Santos Frascari

Técnica em Agropecuária e Técnica em Administração pela ETEC Laurindo Alves de Queiroz de Miguelópolis-SP.

ISBN 978-659956596-0



9

786599

565960

uniatual
EDITORA